

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALINE FREIBERGER HOBOLD

**PROPRIEDADES SINTÁTICAS DAS ORAÇÕES ADVERBIAIS CAUSAIS E  
EXPLICATIVAS EM PORTUGUÊS BRASILEIRO**

CURITIBA

2017

ALINE FREIBERGER HOBOLD

**PROPRIEDADES SINTÁTICAS DAS ORAÇÕES ADVERBIAIS CAUSAIS E  
EXPLICATIVAS EM PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná como requisito para obter o grau de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia de Araújo Rodrigues.

CURITIBA

2017

Catálogo na publicação  
Mariluci Zanela – CRB 9/1233  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Hobold, Aline Freiberg

Propriedades sintáticas das orações adverbiais causais e explicativas em português brasileiro / Aline Freiberg Hobold – Curitiba, 2017.

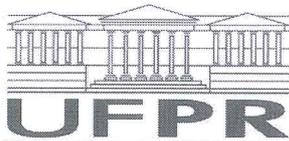
103 f.; 29 cm.

Orientadora: Patrícia de Araújo Rodrigues.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Língua portuguesa – Subordinação. 2. Análise sintática. 3. Língua portuguesa – Coordenação. 4. Oração causal. 5. Oração explicativa. I. Título.

CDD 469.5



## ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM LETRAS

No dia vinte e dois de Agosto de dois mil e dezessete às 14:00 horas, na sala 1013, PRÉDIO DOM PEDRO I - 10º ANDAR, foram instalados os trabalhos de arguição da mestranda **ALINE FREIBERGER HOBOLD** para a Defesa Pública de sua dissertação intitulada **PROPRIEDADES SINTÁTICAS DAS ORAÇÕES ADVERBIAIS CAUSAIS E EXPLICATIVAS EM PORTUGUÊS BRASILEIRO**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em LETRAS da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: PATRÍCIA DE ARAUJO RODRIGUES (UFPR), CRISTINA YUKIE MIYAKI (PUC/PR), MARIA JOSE GNATTA DALCUCHE FOLTRAN (UFPR), . Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, reuniu-se e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela APROVAÇÃO da aluna. A mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, PATRÍCIA DE ARAUJO RODRIGUES, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Curitiba, 22 de Agosto de 2017.

PATRÍCIA DE ARAUJO RODRIGUES

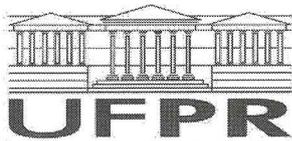
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

CRISTINA YUKIE MIYAKI

Avaliador Externo (PUC/PR)

MARIA JOSE GNATTA DALCUCHE FOLTRAN

Avaliador Interno (UFPR)



## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ALINE FREIBERGER HOBOLD** intitulada: **PROPRIEDADES SINTÁTICAS DAS ORAÇÕES ADVERBIAIS CAUSAIS E EXPLICATIVAS EM PORTUGUÊS BRASILEIRO**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 22 de Agosto de 2017.

PATRÍCIA DE ARAUJO RODRIGUES  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

CRISTINA YUKIE MIYAKI  
Avaliador Externo (PUC/PR)

MARIA JOSE GNATTA DALCUCHE FOLTRAN  
Avaliador Interno (UFPR)

## AGRADECIMENTOS

À professora Patrícia de Araújo Rodrigues, pela orientação, paciência, ensinamentos, incentivos, inspirações e, principalmente, confiança.

Ao meu futuro esposo, Marcelo Borges de Oliveira, pelo companheirismo, paciência, apoio, compreensão, alegria e por estar sempre presente.

A minha mãe Marion Terezinha Freiberger, por sempre se orgulhar de mim e acreditar em mim, sempre me incentivar a estudar, me ensinar a ousar e a questionar.

As minhas tias Matilde Karin Freiberger e Marione Paulina Freiberger, pela amizade, serenidade, carinho e acolhimento.

À amiga Marta Matilde Luchesa, pela amizade, companheirismo e pela colaboração na realização deste trabalho.

À Universidade Federal do Paraná, por proporcionar a realização desse estudo com o apoio de profissionais extremamente capazes.

## RESUMO

Essa dissertação tem por objetivo comparar os estudos sobre as orações subordinadas adverbiais causais em comparação com as orações coordenadas sindéticas explicativas. Tal comparação se justifica porque suas definições são semelhantes e, muitas vezes, se confundem. Por exemplo, ambas expressam a ideia de razão, motivo causa. As conjunções associadas a essas orações também são outro problema: são as mesmas para os dois tipos. Outro fator a ser analisado é a possibilidade de as SAC serem orações fechadas, no sentido de que não funcionam como argumento da sentença, mas como adjuntos. Como as definições apresentadas sobre essas orações pela gramática tradicional (GT) não são suficientes, serão analisadas as visões apresentadas em gramáticas descritivas (GD), assim como as apresentadas em estudos gerativistas. Sendo assim, para realizar a comparação entre tais sentenças, é necessário discutir (i) a distinção entre subordinação e coordenação e (ii) a diferença entre causa e explicação. Além disso, serão analisados os comportamentos das conjunções *que*, *pois* e *porque* presentes tanto em orações explicativas quanto em orações causais. Serão, então, exploradas as hipóteses de as orações causais e explicativas com *porque* serem subordinadas (defendida por Lobo (2003), a qual afirma que é necessário basear-se em critérios formais para distinguir os dois tipos de oração e, para isso, propõe diversos testes com o objetivo de diferenciar causais e explicativas) e de as orações explicativas serem, de fato, coordenadas (defendida por Colaço e Matos (2016), as quais assumem que as orações explicativas são um tipo de parentéticas). A partir da análise dos testes e das hipóteses, a conclusão dessa dissertação indica que as orações causais são analisadas, sem controvérsia, como orações subordinadas. Já para as orações explicativas não há um consenso na análise: Lobo (2003) assume que as explicativas são coordenadas; Matos (2003; 2006) assume que essas orações são subordinadas de tipo periférico (enquanto as causais seriam subordinadas integradas); e Colaço e Matos (2016) analisam as explicativas como coordenadas especificantes.

Palavras-chave: Subordinação. Coordenação. Oração causal. Oração explicativa.

## ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to compare the studies on causal subordinate adverbial clauses in comparison with explicative coordinate clauses. Such a comparison is justified because their definitions are similar and often confused. For example, both express the idea of reason, cause. The conjunctions associated with these sentences are also another problem: they are the same for the two types. Another factor to be analyzed is the possibility of causal subordinate adverbial clauses being closed sentences, in the sense that they do not function as an argument of the sentence, but as adjuncts. As the definitions presented in these clauses by traditional grammar are not sufficient, the visions presented in descriptive grammar will be analyzed, as well as those presented in generative studies. Thus, to make a comparison between such sentences, it is necessary to discuss (i) the distinction between subordination and coordination and (ii) the difference between cause and explanation. In addition, we will analyze the behaviors of the conjunctions that, therefore and because present in both explanatory sentences and causal sentences. The hypothesis of the causal and explanatory sentences with which they are subordinated will be explored (defended by LOBO, 2003, which affirms that it is necessary to be based on formal criteria to distinguish the two types of sentence and, for this, proposes several tests with the objective of differentiating causal and explicative) and explicative sentences are in fact coordinated (defended by Colaço and Matos, 2016, which they see assume that explicative sentences are a type of parenthetical). From the analysis of the tests and the hypotheses, the conclusion of this dissertation indicates that the causal sentences are analyzed, without controversy, as subordinate clauses. For the explicative sentences, there is no consensus in the analysis. Lobo (2003) assumes that the explicative clauses are coordinated; Matos (2003; 2006) assumes that these sentences are subordinate of a peripheral type (while the causal ones would be subordinate integrated); And Colaço and Matos (2016) analyze explicative as specifying coordinates.

Key words: Subordination. Coordination. Causal sentence. Explicative sentence.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – FORMATO X-BARRA .....	06
FIGURA 2 – FORMATO X-BARRA COM ADJUNÇÃO .....	07
FIGURA 3 – CATEGORIAS FUNCIONAIS .....	07
FIGURA 4 – IP INCIDIDO E NEGAÇÃO .....	08
QUADRO 1 – CONJUNÇÕES COORDENATIVAS .....	32
QUADRO 2 – COMPARAÇÃO ENTRE AS PROPRIEDADES DAS CONJUNÇÕES <i>QUE, POISE E PORQUE</i> PERANTE AOS TESTES .....	61
QUADRO 3 – RESULTADOS DOS TESTES COM ORAÇÕES CAUSAIS E ORAÇÕES EXPLICATIVAS .....	68
FIGURA 5 - PROPOSTA DE ANÁLISE DE COLAÇO E MATOS (2016) PARA AS EXPLICATIVAS .....	77

<b>1. Introdução</b> .....	10
1.1 Apresentação do problema: orações causais vs. orações explicativas.....	10
1.2 Objetivos.....	11
1.3 Estrutura da dissertação.....	12
<b>2. Enquadramento teórico</b> .....	14
<b>3. Subordinação X Coordenação</b> .....	19
3.1 A visão da Gramática Tradicional.....	19
3.2 A visão dos estudos linguísticos sobre Subordinação vs. Coordenação.....	25
3.2.1 Gramáticas Descritivas.....	25
3.2.2 Estudos Gerativistas.....	36
3.2.2.1 Coordenação.....	37
3.2.2.2 Subordinação.....	45
3.3 Critérios distintivos entre subordinação e coordenação.....	47
3.3.1 Teste da anteposição.....	48
3.3.2 Teste da coordenação.....	50
3.3.3 Teste da junção de constituintes não oracionais.....	51
3.3.4 Teste da extração.....	51
3.3.5 Teste da elipse.....	52
3.3.6 Teste da sensibilidade conjunção a natureza finita ou não finita da ora.....	52
3.4 Orações Subordinadas Causais e Orações Coordenadas Explicativas.....	53
3.4.1 A visão da GT.....	53
3.4.2 Estudos Linguísticos.....	57
3.4.2.1 Castilho (2010) e Neves (2011).....	57
3.4.2.2 Estudos gerativos: Causais vs. Explicativas.....	62
3.4.2.2.1 A conjunção <i>porque</i> .....	63
3.4.2.2.2 As conjunções <i>que</i> e <i>pois</i> .....	65
<b>4. Orações Causais e Explicativas com <i>porque</i> são subordinadas</b> .....	70
4.1 As diferenças entre Causais e Explicativas.....	71
4.1.1 Escopo da negação.....	71
4.1.2 O escopo dos operadores de foco.....	72
4.1.3 Respostas às interrogativas QU-.....	73
4.1.4 Interrogativas alternativas e negativas alternativas.....	74

4.1.5 Estrutura prosódica.....	75
4.2 Estruturas associadas às orações causais e explicativas.....	76
4.2.1 As causais são adjungidas a VP.....	76
4.2.2 As Explicativas são adjungidas acima de IP.....	77
<b>5. As orações explicativas como coordenadas.....</b>	<b>78</b>
<b>6. As Explicativas como subordinadas ou como coordenadas.....</b>	<b>90</b>
<b>7. Considerações Finais.....</b>	<b>98</b>
<b>8.Referências.....</b>	<b>100</b>

## 1. Introdução

### 1.1 Apresentação do problema: orações causais vs. orações explicativas

A presente dissertação discute as orações do português tradicionalmente classificadas como subordinadas adverbiais causais (*Maria voltou mais cedo porque estava cansada*) em comparação com as orações coordenadas sindéticas explicativas (*Maria está em casa, porque o carro está na garagem*). Tal comparação se justifica porque as definições dessas orações propostas na Gramática Tradicional (GT) são semelhantes e, muitas vezes, se confundem. Gramáticos como Bechara (2000), Cunha e Cintra (2010), Rocha Lima (1979) e Said Ali (1965) apontam que as orações subordinadas e coordenadas são distinguidas por serem dependentes ou independentes, respectivamente. Ou seja, as subordinadas fazem parte sintaticamente da outra oração do período composto, enquanto as coordenadas não pertencem sintaticamente ao restante do período e teriam sentido próprio. No caso das orações causais e explicativas a distinção também é realizada a partir do nexo lógico-semântico existente entre as orações e exibido por suas conjunções, causa para as subordinadas adverbiais causais e explicação para as coordenadas explicativas.

Tais distinções observadas na GT não são, no entanto, suficientes para diferenciar esses dois tipos de orações. Por exemplo, com relação ao nexo semântico entre as orações, a ideia de explicação está embutida na ideia de razão, motivo, causa. As conjunções associadas a essas orações também são outro problema: várias delas, como *porque* e *pois*, são as mesmas para os dois tipos, sendo então classificadas como conjunções subordinativas e como conjunções coordenativas. Essa ambiguidade, além de dificultar a categorização, resulta em uma circularidade: a conjunção é causal ou explicativa porque introduz uma oração causal ou explicativa e a oração é causal ou explicativa porque é introduzida por uma conjunção causal ou explicativa. Outro fator a ser considerado é que as subordinadas adverbiais formam orações fechadas, no sentido de que não funcionam como argumentos na sentença, mas como adjuntos, podendo assim ser mais facilmente confundidas com as coordenadas; assim, não é fácil, com base nessas definições, decidir sobre o estatuto

sintático das orações causais e explicativas como oração adjunto ou como oração coordenada.

Vários autores apontam problemas dessa natureza para essas definições tradicionais (entre outros Lobo (2009, 2013); Matos (2003,2004); Muniz (2000)); Pereira, (2003); Travaglia (1986)) afirmando que, por isso, é necessário basear-se em critérios formais para distinguir os dois tipos de oração. No entanto, os estudos linguísticos atuais, embora reconheçam os problemas decorrentes dessa classificação, não apresentam análises consensuais para essas orações. De modo geral, há concordância na análise das orações causais como subordinadas, mas não na análise das explicativas, que são vistas como coordenadas (Lobo 2003), como subordinadas de caráter periférico (Matos 2004; 2006) ou como orações que estabelecem com a oração matriz uma ligação paratática (Colaço e Matos 2016).

## 1.2 Objetivos

Dado esse panorama, o objetivo central deste estudo é realizar um levantamento das análises propostas na literatura para diferenciar as orações causais das explicativas. Mais especificamente, pretende-se estabelecer uma comparação entre essas análises, e discutir suas vantagens e desvantagens. Para tanto, será necessário discutir trabalhos que contemplem a distinção entre subordinação e coordenação, a partir de critérios formais, e também trabalhos que examinem as propriedades sintáticas e semânticas das orações causais e explicativas. Considerando que esses estudos são relativamente recentes, e que não há um consenso nas análises, acreditamos que a contribuição desta dissertação se dá no sentido de apontar não só os principais desenvolvimentos sobre a questão, mas também os seus aspectos ainda não resolvidos. Além disso, os dois tipos de oração em tela constituem um dos vários casos que colocam dificuldades para a diferenciação entre coordenação e subordinação, logo esse estudo poderá contribuir igualmente para um melhor conhecimento das estruturas complexas em geral. As análises que serão privilegiadas neste estudo são principalmente as de cunho formalista ligadas aos estudos gerativistas.

### 1.3 Estrutura da dissertação

Esta dissertação é composta por sete capítulos. Este capítulo inicial contextualizou a questão a ser estudada e apresentou os objetivos da pesquisa.

No capítulo 2, será apresentado o enquadramento teórico aqui utilizado, a Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981, 1986, 1995).

O capítulo 3 aborda a distinção entre subordinação e coordenação. Para tanto, serão expostas, na primeira parte, visões de alguns gramáticos tradicionais (Bechara, 2000; Cunha e Cintra, 2010; Rocha Lima, 1979; Said Ali, 1965). Na segunda parte do mesmo capítulo, será apresentada a visão dos estudos linguísticos, primeiramente sob a perspectiva da gramática descritiva (GD), e, em seguida sob a perspectiva de estudos gerativistas. Na terceira parte do capítulo, serão apresentados testes que podem constituir critérios formais de classificação, por evidenciarem propriedades sintáticas das orações subordinadas e coordenadas (Lobo, 2009, 2013; Matos, 2004): (i) anteposição; (ii) coordenação das orações; (iii) junção de constituintes não oracionais; (iv) extração; (v) elipse; (vi) sensibilidade das conjunções em relação à natureza finita ou não finita das orações. Depois, a quarta e última parte do terceiro capítulo aborda as diferenças entre orações causais e explicativas; apresentaremos primeiramente a visão da GT sobre as orações subordinadas adverbiais causais e sobre as orações coordenadas sindéticas explicativas, com o objetivo de entender melhor os problemas dessa classificação. Além disso, serão expostas também as visões de Castilho (2010) e Neves (2011), pesquisadores funcionalistas, sobre esses tipos de orações. Finalmente, são aplicados os testes sintáticos a orações introduzidas pelas conjunções *porque*, *que* e *pois*, para avaliar seu comportamento. Veremos que essas conjunções não têm comportamento homogêneo. As orações introduzidas por *porque*, tanto causais, quanto explicativas, apresentam um comportamento de orações subordinadas. Já as orações introduzidas por *pois* e *que* têm comportamento híbrido.

No capítulo 4, apresentamos as análises que propõem que as orações causais e explicativas com *porque* são subordinadas, distinguindo-se quanto à posição de adjunção, que, como se verá, pode ser periférica ou integrada (não periférica). Testes adicionais serão aplicados para evidenciar essa diferença: (i) escopo de negação; (ii) escopo de operadores de foco; (iii) respostas às interrogativas QU; (iv) formação de

interrogativas alternativas e de negativas alternativas; (v) estrutura prosódica. Nessa perspectiva, a conclusão é que as orações causais são orações integradas e as explicativas são orações periféricas.

O capítulo 5 trata da possibilidade de que orações explicativas sejam, de fato, coordenadas, mas de um tipo específico, coordenadas especificantes, visão defendida basicamente por Colaço e Matos (2016).

Então, o capítulo 6 realizará uma comparação entre as hipóteses apresentadas. Resumidamente, veremos que a análise das explicativas como coordenadas especificantes proporciona uma cobertura empírica maior que a análise das explicativas como subordinadas.

Por fim, apresentaremos as considerações e observações finais sobre a pesquisa.

## 2. Enquadramento teórico

Este estudo trata de uma questão à qual tem sido dada pouca atenção: o comportamento sintático das tradicionalmente chamadas orações adverbiais causais e orações coordenadas explicativas. Nesta dissertação, essa questão será abordada no âmbito do modelo de Princípios e Parâmetros da gramática gerativa (Chomsky, 1981; 1986; 1995), assumindo seus pressupostos. Como a teoria é bastante difundida, não se faz aqui necessária uma apresentação detalhada. Nos fixaremos em alguns aspectos da teoria relevantes para este estudo. Desdobramentos mais específicos do modelo serão discutidos quando necessário, de acordo com as propostas apresentadas.

A teoria de Princípios e Parâmetros supõe que o ser humano possui em seu aparato genético a faculdade de linguagem, que é composta por princípios (“leis” gerais válidas para todas as línguas naturais) e por parâmetros (propriedades que uma língua pode ou não exibir e que são responsáveis pela diferença entre as línguas). Ou seja, uma sentença que viola um princípio não é tolerada em nenhuma língua natural, assim como uma sentença que não atende a uma propriedade paramétrica pode ser gramatical em uma língua e agramatical em outra.

Dentro disso, tem-se a gramática universal (GU), considerada o estágio inicial de uma criança que está adquirindo uma língua. A GU se constitui de princípios e de parâmetros, estes sem valores fixados. A medida que os parâmetros vão sendo fixados, vão se constituindo as gramáticas das línguas. Nessa teoria, o papel dos princípios é o de restringir as gramáticas do aprendiz a um conjunto de línguas humanas possíveis, o que explicaria as semelhanças entre as línguas naturais. E o papel dos parâmetros, uma espécie de “comutadores linguísticos”, cujo valor final é determinado no processo de aquisição, é explicar a variação sintática entre as línguas.

Um dos principais modelos desenvolvidos dentro desse quadro teórico é o modelo de Regência e Ligação (Chomsky, 1981), que concebe a Gramática Universal como um sistema de módulos interligados. Esse modelo sofre várias transformações, dando origem ao Programa Minimalista (Chomsky, 1995).

Entre as suposições que permaneceram constantes durante o desenvolvimento da Gramática Gerativa está a de que toda estrutura sintática é endocêntrica, ou seja, as unidades sintáticas são organizadas em torno de um núcleo. Cada núcleo, X, projeta uma unidade sintática maior (um sintagma, XP), e cada sintagma, XP, deve possuir um núcleo. Uma das implementações dessa ideia no modelo de Regência e Ligação é a chamada Teoria X-barra, em que todos os constituintes sintáticos têm o mesmo formato, com um núcleo, um complemento e um especificador, como ilustrado na Figura 1. Assim, todas as relações definidas pelo núcleo devem fazer parte da sua projeção máxima, mas ele se relaciona de forma assimétrica com seu complemento e seu especificador. No caso dos adjuntos (sintagmas que não são nem complemento nem especificador do núcleo), uma das possibilidades de definição de sua posição é a de que ele estaria apenas “contido” na projeção máxima de um núcleo, e não “incluído” nessa posição (Figura 2). As relações de inclusão e continência são definidas por Miotto et al. (2013) como segue:

#### INCLUSÃO

$\alpha$  inclui  $\beta$  se e somente se todos os segmentos de  $\alpha$  dominam  $\beta$ .

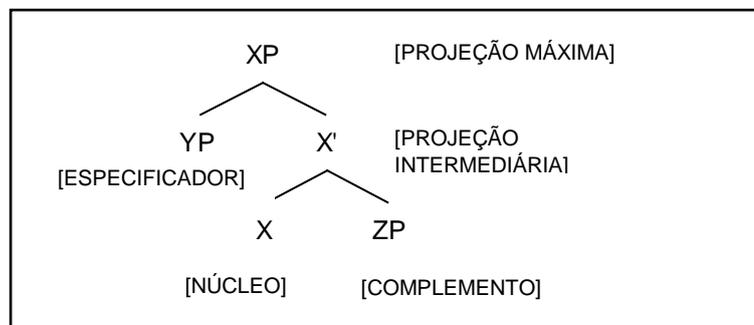
#### CONTINÊNCIA

$\alpha$  contém  $\beta$  se nem todos os segmentos de  $\alpha$  dominam  $\beta$ .

(Miotto et al.2013, p. 67/68)

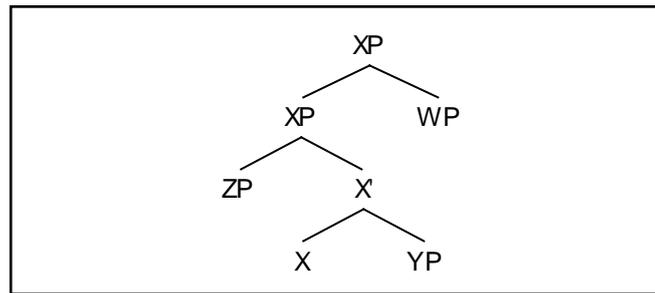
Esse é um dos desdobramentos da teoria que interessam nesta dissertação, porque alguns dos trabalhos examinados foram desenvolvidos dentro desse modelo. Assume-se assim a geração das orações adverbiais em posição de adjunção à direita (no caso da Figura 2, WP seria a oração adverbial adjunto).

FIGURA 1 – FORMATO X-BARRA



FONTE – O autor (2017)

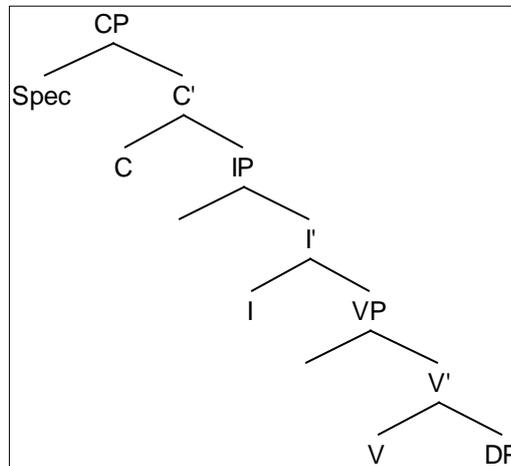
FIGURA 2 – FORMATO X-BARRA COM ADJUNÇÃO



FONTE – O autor (2017)

Importante também nesse modelo são as mudanças que levam as categorias funcionais C, Infl e D a serem consideradas em par com as categorias lexicais, encabeçando suas próprias projeções (Figura 3). O CP forma a camada pragmática da sentença, abrigando modo, informações sobre a finitude, tópico e foco. Seu núcleo C (complementizador) seleciona IP, que forma a camada gramatical da sentença, incluindo tempo, aspecto, concordância. VP é a camada responsável pela informação argumental. Em princípio, uma oração adverbial pode se adjungir a qualquer uma dessas camadas.

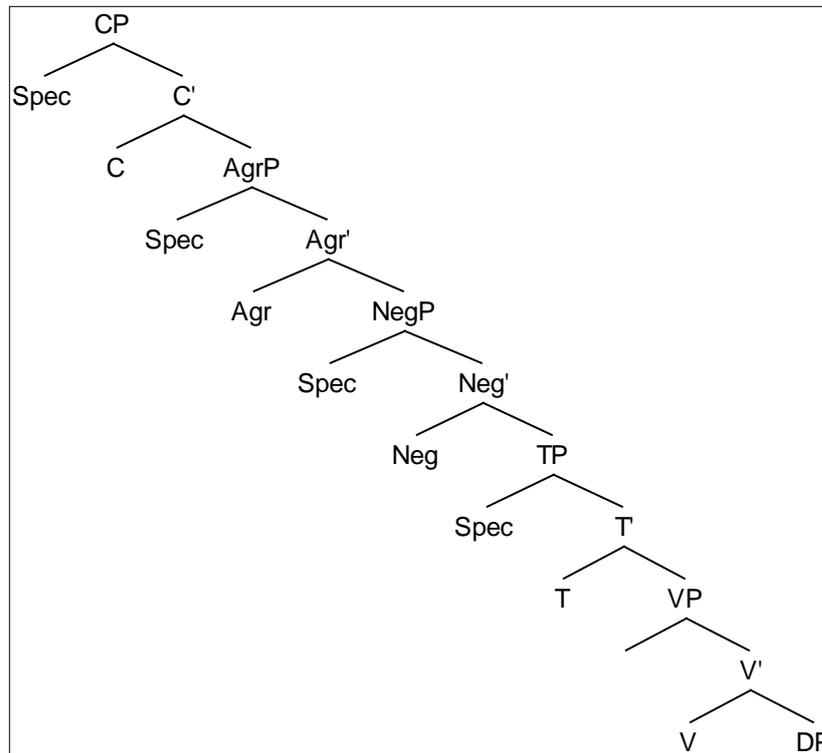
FIGURA 3 – CATEGORIAS FUNCIONAIS



FONTE: O autor (2017)

Na sequência dessas mudanças, Pollock (1989) sugere a cisão de I em T(ense) e Agr(eement). A negação sentencial, que tem um papel importante nos dados estudados nesta dissertação, encabeçaria igualmente sua própria projeção no sistema IP. Para Mioto et al (2013), essa projeção selecionaria TP como complemento e seria selecionada, por sua vez, por AgrP (Figura 4).

FIGURA 4 – IP CINDIDO E NEGAÇÃO



FONTE: O autor (2017)

As configurações estruturais que expressam relações geométricas entre os elementos na estrutura da Figura 4 são Dominância e C-comando. Dominância é a relação na qual um nó é mais alto na estrutura que outro nó; e C-comando é definido como a relação entre um nó  $\alpha$  e um nó  $\beta$  na qual o nó  $\alpha$  não domina o nó  $\beta$ , e cada nó que domina  $\alpha$  também domina  $\beta$ . C-comando é uma relação importante na teoria, pois explica várias restrições observadas nas línguas.

É importante também mencionar nesta breve explanação de alguns aspectos do modelo de Princípios e Parâmetro a Teoria da Ligação, que se ocupa da distribuição das expressões nominais nas sentenças, descrevendo as restrições sobre as relações estruturais existentes entre elas. Os princípios dessa teoria, os princípios de ligação, dão conta da distribuição das Anáforas, dos Pronomes e das Expressões-R(eferençiais). Os princípios que regem as Anáforas especificam que elas devem possuir um antecedente que as c-comande dentro de um determinado domínio, a “categoria de regência”, que depende da presença da anáfora, do referente da anáfora e de um sujeito independente da anáfora. No caso dos Pronomes, se houver um antecedente, ele não pode c-comandar o pronome dentro da sua categoria de regência, mas pode c-comandá-lo fora deste domínio. Já as Expressões-R não podem

ser c-comandadas por um antecedente. No caso das orações estudadas nesta dissertação, esses princípios ajudam a definir a posição das orações na sentença, evidenciadas conforme as ligações que possam ou não se estabelecer entre as expressões nominais.

### 3. Subordinação vs. Coordenação

As gramáticas tradicionais (GT) classificam os períodos compostos em dois grandes grupos: períodos compostos por coordenação e períodos compostos por subordinação. Embora a maior parte dos autores dessas gramáticas concorde a respeito dessa divisão, a classificação proposta tem sido motivo de controvérsia na literatura sobre a língua portuguesa, como será futuramente exposto. Neste capítulo será examinada, primeiramente, a abordagem da GT com relação a essa distinção, focalizando algumas gramáticas e autores do português brasileiro (PB). Em seguida, apresentaremos a visão de linguistas sobre a distribuição de períodos compostos em subordinados ou coordenados, apresentando testes propostos em alguns estudos para diferenciar coordenação e subordinação. Finalmente, discutiremos e avaliaremos a classificação das orações causais como subordinadas e das orações explicativas como coordenadas.

#### 3.1 A visão da Gramática Tradicional (GT)

A distinção entre subordinação e coordenação apontada pela GT está no domínio da sintaxe. Assim, são identificadas como subordinadas as orações que exercem função sintática na oração principal e como coordenadas as orações que são independentes, ou seja, que não exercem função sintática na oração.

Para Cunha e Cintra (2010), por exemplo, as orações coordenadas são orações autônomas, independentes, têm um sentido próprio e não funcionam como termos de outra oração. Os autores afirmam que:

As orações coordenadas podem estar: a) simplesmente justapostas, isto é, colocadas uma ao lado da outra, sem qualquer conectivo que as enlace; b) ligadas por uma conjunção coordenativa. No primeiro caso, dizemos que a oração coordenada é assindética, ou seja, desprovida de conectivo. No segundo, dizemos que ela é sindética, e a esta denominação acrescentamos a da espécie da conjunção coordenativa que a inicia (Cunha e Cintra, 2010, p. 610).

A sentença (1) é um exemplo de orações sem conectivo, ao contrário de (2), em que a segunda oração é introduzida por *mas*.

(1) Será uma vida nova, *começará hoje, não haverá nada para trás*. (Cunha e Cintra, 2010, p.610)

(2) A Grécia seduzia-o, *mas Roma dominava-o*. (idem)

A visão de Rocha Lima (1979) coincide com a dos autores citados. Para ele a coordenação é “A comunicação de um pensamento em sua integridade pela sucessão de orações *gramaticalmente* independentes” (Rocha Lima, 1979, p. 321), como vemos em (3): a oração [*porém Sofia primava entre todas*] não está gramaticalmente ligada à oração anterior.

(3) As senhoras casadas eram bonitas; *porém Sofia primava entre todas*. (Rocha Lima, 1979, p. 321)

Como os gramáticos mencionados acima, Rocha Lima divide as orações coordenadas em assindéticas quando não possuem conjunções coordenativas, como em (4) e sindéticas quando contém conjunções coordenativas, como em (5), com a conjunção *porém*.

(4) Cheguei, vi, venci. (Rocha Lima, 1979, p. 322)

(5) Paulo estou para a prova, *porém não foi aprovado*.

Said Ali (1966), embora utilize nomenclaturas diferentes, possui uma visão similar àquelas já apresentadas. Por exemplo, para ele, período composto, chamado, na verdade, de “oração composta” (1966, p. 130), é definido como a combinação coordenativa ou subordinativa de duas ou mais orações simples.

A combinação coordenativa é formada de uma oração inicial e uma ou mais orações coordenadas que são caracterizadas por conectivos, chamados pelo autor de partículas coordenativas, tais como *e, mas, ou, portanto, logo, pois, porque, por isso*, entre outras, como em (6). Novamente, como outros autores, divide-as em sindéticas, aquelas que apresentam conectivo ou partícula coordenativa (6), e assindéticas, aquelas que não apresentam conectivo ou partícula coordenativa (7):

(6) Chove muito, *portanto não sairemos*. (Said Ali, 1966, p. 130)

(7) Quis subjugar-lo; não foi possível.

De modo geral, as orações coordenadas são classificadas em aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas e explicativas.

As orações subordinadas, por outro lado, como afirmam Cunha e Cintra (2010, p. 612), “funcionam sempre como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração”. Justamente por isso, esses autores concluem que “O período composto por subordinação é, na essência, equivalente ao período simples. Distingue-os apenas o fato de os termos (essenciais, integrantes ou acessórios) deste serem representados por orações” (Cunha e Cintra, 2010, p.614). Cunha e Cintra afirmam que “as orações subordinadas classificam-se em substantivas, adjetivas e adverbiais, porque as funções que desempenham são compatíveis às exercidas por substantivos, adjetivos e advérbios ” (p.614). Em (8) tem-se uma oração subordinada substantiva, em que [*que venhas urgente*] faz papel de sujeito, pertencendo sintaticamente, portanto, à oração principal; (9) é um exemplo de oração subordinada adjetiva, na qual [*que não se sentia bem*], segundo os autores, faz papel de adjunto adnominal de um substantivo; e (10) é uma oração subordinada adverbial, que funcionam como adjunto adverbial de outras orações, e vem, normalmente, introduzidas por uma das conjunções subordinativas. Nessa sentença, é a conjunção temporal [*quando*].

- (8) É necessário *que venhas urgente*. (Cunha e Cintra, 2010, p.612)
- (9) Susana, *que não se sentia bem*, estava de cama. (Cunha e Cintra, 2010, p.615)
- (10) *Quando o verão chegar*, iremos à praia.

A classificação de Rocha Lima (1979) acompanha a de Cunha e Cintra (2010): no período composto por subordinação, há uma oração principal, que traz presa a si, como dependente, outra ou outras orações, que têm seu papel como um dos termos da oração principal. O autor as classifica de acordo com as diferentes funções sintáticas exercidas pelo substantivo (sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, aposto, predicativo), pelo adjetivo (adjunto adnominal e predicativo) e pelo advérbio (adjunto adverbial). Então, em (11), tem-se uma oração subordinada substantiva, em que [*que o morro tinha se distanciado muito*] faz papel de sujeito da oração. Em (12), há uma oração subordinada adjetiva, na qual [*que não tem cor*] está acrescentando ao substantivo *água* a mesma ideia que poderia ser expressa pelo adjetivo *incolor*, fazendo função de adjunto adnominal. Em (13), [*Embora se esforce muito*] é uma oração subordinada adverbial porque equivale a um advérbio e tem função sintática de adjunto adverbial da oração a que se subordina.

- (11) Parecia *que o morro tinha se distanciado muito*. (Rocha Lima, 1979, p. 327)
- (12) A água é um líquido *que não tem cor*. (Rocha Lima, 1979, p. 333)
- (13) *Embora se esforce muito*, não progride na vida. (Rocha Lima, 1979, p. 344)

Said Ali (1966), assim como outros autores já mencionados anteriormente, divide as orações subordinadas em (i) oração substantiva, assim chamada por fazer papel de substantivo e poder representar um termo integrante da oração, tais como o sujeito de uma oração principal, conforme (14a), ou complementos verbais diretos ou indiretos; (ii) oração adjetiva, que fazem o papel de atributos, por isso também podem ser chamadas de atributivas ou relativas, já que geralmente iniciam com pronomes relativos (14b); (iii) oração adverbial, que são subdivididas de acordo com o sentido semântico que expressam, e com a conjunção que apresentam, como em (14c), em que a conjunção se caracteriza uma proposição hipotética:

- (14) a. É possível *que ele chegue amanhã*. (Said Ali, 1966, p. 135)  
 b. Ele mora em um prédio *cuja paredes são azuis* (idem).  
 c. *Se chover*, a festa será adiada.

Com uma classificação um pouco diferenciada da de outros autores tradicionais, Bechara (2015) afirma que são quatro as propriedades de estruturação gramatical: a superordenação (ou hipertaxe), a subordinação (ou hipotaxe), a coordenação (ou parataxe) e a substituição (ou antitaxe).

A hipotaxe (subordinação) “é o caso de uma oração passar a funcionar como ‘membro’ da outra oração” (Bechara, 2015, p. 49). O autor afirma que existem dois critérios que precisam ser usados para que a subordinação se realize: (i) indicação de que a oração funciona como membro de outra oração e não como oração independente; (ii) instrumento para indicar a função que esta estrutura exerce na oração complexa. Em (15), essa marca de subordinação é *que*: a oração [*que venhas*] funciona como argumento do verbo *espera*, fazendo com que a oração em destaque (chamada pela GT de objeto direto) faça parte da oração principal, sendo assim dependente da outra oração e, portanto, subordinada.

- (15) Ela espera *que venhas*. (Bechara, 2015, p.49)

Justamente por exercerem função sintática na oração principal, as orações subordinadas são tradicionalmente divididas em (i) substantivas, (quando fazem papel de substantivo), como em (15); (ii) adjetivas, quando atuam como adjetivos, como em (16); (iii) adverbiais, quando funcionam como advérbios, como em (17).

(16) O aluno *que estuda* vence na vida (Bechara, 2015, p. 483)

(17) Os alunos estudam muito para *que possam preparar-se para as exigências da vida*. (Bechara, 2015, p.490)

Já a parataxe ou coordenação, segundo Bechara, tem como principal característica:

A circunstância de que unidades combinadas são equivalentes do ponto de vista gramatical, isto é, uma não determina a outra, de modo que a unidade resultante da combinação é também gramaticalmente equivalente às unidades combinatórias (Bechara, 2015 p. 50).

Em outras palavras, a coordenação não é uma combinação que gera dependência, como se pode verificar em (18), em que a oração [*e estudava de noite*] não pertence sintaticamente à outra oração:

(18) Trabalhava de dia *e estudava de noite*. (Bechara, 2015, p.495)

Bechara reconhece que as construções coordenadas podem exprimir relações internas de dependência. Sua explicação para esse fenômeno é que

Na realidade, o que temos nesses casos é, uma só vez, parataxe e hipotaxe, mas não no mesmo nível de estruturação gramatical. No nível da oração tais construções são paratáticas; mas exprimem ao mesmo tempo relações internas de dependência no que diz respeito ao *sentido do discurso* e, por isso, manifestam funções sintagmáticas no nível do texto: os segundos elementos dessas construções se acham coordenados no nível da oração, mas são subordinados aos primeiros elementos enquanto *unidades textuais*. (Bechara, 2015, p. 51).

Ou seja, orações coordenadas são independentes no nível da oração, mas são elementos subordinados do ponto de vista de conteúdo do texto. Em (19), a oração introduzida por *por isso* é um caso de coordenação em nível de sentença, mas de subordinação em relação ao contexto.

(19) A Maria saiu, *por isso o carro não está na garagem*.

Em resumo, do ponto de vista da sintaxe, pode-se afirmar que a maioria dos autores de GT definem de modo similar os períodos compostos formados por coordenação e por subordinação. As sentenças classificadas como coordenadas são independentes sintaticamente, ou seja, não exercem função sintática na outra oração

do período. Podem ou não conter conjunção, e quando as contêm, são classificadas de acordo com o sentido que tais conjunções expressam. A oração destacada em (20) é uma oração coordenada sindética aditiva: coordenada porque não exerce função sintática na oração anterior; sindética porque possui conjunção e; finalmente, aditiva porque a conjunção *e* expressa ideia de adição. De modo geral, as orações coordenadas sindéticas são divididas em aditivas, adversativas, alternativas, explicativas e conclusivas, conforme a conjunção que estabelece a coordenação (cf. Cunha e Cintra, 2010).

(20) Eu fiz a janta *e ela a sobremesa*.

Já as sentenças chamadas de subordinadas são dependentes da oração principal, no sentido de exercerem uma função sintática, fazendo papel de substantivo, adjetivo ou advérbio. Essas funções orientam parte da classificação, sendo divididas em orações substantivas, adjetivas e adverbiais, respectivamente. Além disso, outro fator que define, muitas vezes, as diferentes classificações são, assim como nas orações coordenadas, as conjunções. A oração destacada em (21) é uma oração subordinada substantiva objetiva direta: subordinada porque realiza função sintática na oração anterior, chamada de principal; substantiva porque tem valor de substantivo (pode-se substituir por [*a saída da filha*]) e objetiva direta porque a função sintática que realiza é, justamente, a de objeto direto (completa obrigatoriamente o verbo sem estar acompanhado de preposição):

(21) O pai viu *que a filha saiu*.

Com relação às orações adverbiais, entende-se que são aquelas orações que exercem uma função de adjunto adverbial na oração principal. Essas orações são então classificadas da mesma forma que os adjuntos adverbiais em períodos simples, ou seja, são classificadas semanticamente, de acordo com o nexos lógico existente entre as orações, determinado, principalmente, pela conjunção que introduz a oração subordinada. De modo geral, assume-se que as orações adverbiais podem ser temporais, consecutivas, comparativas, finais, condicionais, causais e concessivas (cf. Cunha e Cintra, 2010).

### 3.2 A visão dos estudos linguísticos sobre Subordinação vs. Coordenação

Os estudos linguísticos apontados nesta seção incluem alguns dos trabalhos encontrados nas chamadas gramáticas descritivas brasileiras, que, além de, como o próprio nome sugere, descreverem como é o PB, sem prescrever determinadas formas e proibir outras, também procuram basear essa descrição em desenvolvimentos mais recentes da linguística. Discutiremos na seção 3.2.1 os trabalhos de Neves et al. (2008), Neves (2011) e Castilho (2010), que representam uma vertente mais funcionalista, e o trabalho de Perini (2013), que representa uma vertente mais formalista. Em seguida, na seção 3.2.2, discutiremos os trabalhos de Matos (2003), Lobo (2003) e Raposo e Matos (2013), que se apoiam nos desenvolvimentos dos estudos gerativos. Veremos que, de modo geral, esses trabalhos se distanciam dos estudos tradicionais no sentido essencialmente de questionar os critérios para classificar as orações em coordenadas e subordinadas.

#### 3.2.1 Gramáticas descritivas

Neves (2011), no tratamento da articulação de orações de uma perspectiva funcionalista, especifica que o quadro teórico para o estudo da língua em uso deve necessariamente incluir critérios discursivos para dar conta da interação linguística. Nesse sentido, esses estudos questionam a dicotomia subordinação vs. coordenação e procuram analisar as sentenças complexas integrando os componentes sintático, semântico e pragmático.

De forma mais geral, Neves et al. (2008) diferenciam as orações completivas e as orações adjetivas restritivas das orações adverbiais, e estas das coordenadas, em termos da condição de “encaixamento” e “dependência” das orações. As completivas e as adjetivas restritivas apresentam os traços [+encaixamento] e [+dependência]; as coordenadas se caracterizam pelos traços [-encaixamento] e [-dependência]; e as adverbiais são identificadas pelos traços [-encaixamento] e [+dependência]. As adverbiais – chamadas de hipotáticas – são ainda classificadas de acordo com o nível no qual estabelecem uma associação: nível de uma predicação, de uma proposição ou de um ato de fala.

Na busca de uma adequação pragmática para as descrições linguísticas, os estudos funcionalistas ainda estendem a análise para além da oração, ou seja, para o discurso e para o texto. Assim, entram nessas análises elementos com estatuto extra-oracional, que revelam uma associação mais frouxa com a oração.

Para Neves (2011), os casos típicos de coordenação seriam as aditivas, as alternativas e as adversativas, e os casos típicos de subordinadas adverbiais envolveriam as temporais, as comparativas, as condicionais, as concessivas e as causais/finais.

Castilho (2010), autor consagrado na gramática descritiva, prefere o termo “sentença complexa” em lugar de período “(...) visto que este não é uma unidade sintática diferente da sentença simples. Ou seja, tudo o que ocorre numa sentença simples ocorre numa sentença complexa” (p. 337). O autor define a tipologia das sentenças complexas em coordenação (ou independência), subordinação (ou dependência) e correlação (ou interdependência).

A coordenação é dividida em sentenças complexas justapostas e sentenças complexas coordenadas. As justapostas ocorrem quando uma sentença se apõe a outra, sem qualquer nexos conjuncional, como em (22) e (23), e são também chamadas de assindéticas. Já as coordenadas ocorrem quando uma sentença se coordena a outra por meio de nexos conjuncionais, como em (24). Não há relação de dependência entre elas, portanto não é adequado considerar que alguma delas seja a principal.

(22) Escreveu, não leu, o pau comeu. (Castilho, 2010, p. 337)

(23) Não pagou, foi para a cadeia. (Idem)

(24) O aluno falou e o professor saiu. (Idem)

A subordinação, por sua vez, é dividida em sentenças complexas encaixadas e sentenças complexas em adjunção. As encaixadas acontecem quando uma sentença está, como o nome indica, encaixada num constituinte de outra, gerando tipos de dependência: (i) o encaixamento ocorre no sintagma verbal (SV), estabelecendo uma relação argumental com esse sintagma, sendo chamadas de substantivas ou integrantes, como em (25); (ii) o encaixamento ocorre no SN, estabelecendo uma relação de adjunção a esse sintagma, sendo chamadas de adjetivas ou relativas, como em (26), denominando-se matriz a sentença que contém o constituinte gerador da dependência. Já, as sentenças complexas em adjunção

ocorrem quando uma sentença está em relação de adjunção com outra, sem encaixamento, sendo assim denominadas como subordinadas adverbiais, como em (27).

- (25) O aluno falou que o professor tinha saído. (Castilho, 2010, p. 337)
- (26) O aluno que falou era o melhor da classe. (Idem)
- (27) O aluno entrou quando o professor saiu (Idem)

Finalmente, as sentenças complexas correlatas acontecem quando uma sentença está em relação de interdependência com outra quando a primeira apresenta uma expressão correlacionada com outra expressão constante da segunda sentença. Verbalizam dois atos de fala com relacionamento recíproco, como em (28), (29) e (30).

- (28) O aluno não só falou como também foi aplaudido. (Castilho, 2010, p. 337)
- (29) O aluno ou falava ou ficava quieto. (Idem)
- (30) O aluno falou tanto que ficou rouco. (Idem)

Com relação a essa classificação, Castilho esclarece que:

Se relacionarmos em termos da teoria dos conjuntos, diremos que as sentenças independentes constituem conjuntos autônomos, as dependentes são conjuntos inseridos em outro conjunto, hierarquicamente superior, e as interdependentes são conjuntos que se interpenetram. (Castilho, 2010, p. 340)

Castilho (2010) apresenta alguns argumentos para a classificação das orações coordenadas e subordinadas relacionados à natureza dessas orações: (i) na coordenação, as sentenças são idênticas ou equivalentes, já na subordinação, elas não se equivalem; (ii) as sentenças coordenadas não podem ser focalizadas, pois não funcionam como constituintes da sentença, o que ocorre com as subordinadas; (iii) há simetria entre as orações coordenadas e assimetria entre as subordinadas; e (iv) casos de coordenação podem ser tratados como expansões de estruturas equivalentes sintática e semanticamente.

Desenvolvendo melhor essas ideias, Castilho especifica que na coordenação, a função do elemento acrescentado é idêntica à dos elementos já existentes. Do ponto de vista sintático, a coordenação é um procedimento combinatório sintático de termos equivalentes, pois estão no mesmo nível da sentença. E, do ponto de vista semântico,

um elemento coordenado não modifica o outro, pois não há contribuição de sentido. Já na subordinação o elemento subordinado tem natureza distinta da do superordenado, modificando-o semântica e sintaticamente; as relações de subordinação ocorrem entre o substantivo e o adjetivo, ou entre o verbo e seu complemento, ou ainda entre a sentença subordinada e a sentença matriz. Com relação à focalização, justamente por se apresentarem como constituintes integrados em sentenças mais altas, as subordinadas podem ser focalizadas por clivagem, como em (31). Como as coordenadas não possuem essa propriedade, não podem ser clivadas, como em (32).

- (31) a. Disse *que voltaria logo. Se eu quiser* eu saio. Eu saio *quando quiser*.  
(Castilho, 2010, p. 347)  
b. Disse *é que voltaria logo. É se eu quiser* que eu saio. *É quando eu quiser* que eu saio. (Idem)
- (32) a. Clara encontrou Mário e saiu com ele. Clara encontrou Mário ou saiu com ele. Clara encontrou Mário, mas saiu com Alberto. (Idem)  
b. \* Clara encontrou Mário *é e* saiu com ele. Clara encontrou Mário *é ou* saiu com ele. Clara encontrou Mário, *é mas* saiu com Alberto. (Idem)

Além disso, os elementos coordenados são simétricos, visto que não se modificam e, por isso, podem mudar de lugar (de ordem) na sentença, sem alterar sua interpretação semântica (33). Por outro lado, os elementos subordinados, quando mudados de lugar também são modificados os significados semânticos (34).

- (33) a. Mário chegou *e André saiu*. Amanhã chega Mário *ou André?* É jovem, *mas é disciplinado*. (Castilho, 2010, p. 347)  
b. André saiu e Mário chegou. Amanhã chega André ou Mário? É disciplinado, *mas é jovem*. (Idem)
- (34) a. Buzina *quando chega*. Disse que vinha. *Comeu porque estava com fome*. (Idem)  
b. Chega quando buzina. Que vinha, disse. *Estava com fome porque comeu*.

Além disso, Castilho (2010) ressalta que

O português brasileiro não dispõe de marcação morfológica para as coordenadas, apenas para as subordinadas. Na coordenação, construímos sentenças sem conjunção, apondo-as umas às outras, ou nos valem das conjunções do tipo de *e, mas*; nas coordenadas de sujeito idêntico apaga-se

o sujeito da segunda sentença, nas construções de ordem não marcada. Na subordinação, além das conjunções jogamos também com o modo verbal: lembre-se que o termo *subjuntivo* para designar um deles é etimologicamente semelhante a subordinado. (Castilho, 2010, p. 347/348).

Diferentemente da GT, o autor classifica as orações coordenadas apenas como aditivas e adversativas, pois estas exibiriam propriedades em comum que justificam tal classificação. As alternativas seriam enquadradas entre as correlatas e as explicativas e conclusivas, entre as subordinadas.

Sobre o processo de subordinação, Castilho (2010) afirma que existem três processos de marcação gramatical: (i) por operadores, que são as conjunções subordinativas; (ii) por morfemas do modo subjuntivo e das formas nominais do verbo e (iii) pela gramaticalização de verbos evidenciais seguidos da conjunção *que*. Dentro desse processo há três tipos de relações de subordinação: as substantivas, que são argumentais, e as adjetivas e adverbiais, que são adjuntas. Castilho menciona algumas propriedades discutidas em Vogt (1977 *apud* Castilho 2010) que diferenciariam as substantivas das adverbiais. No caso das substantivas, por estas terem uma relação argumental com a matriz, a sentença complexa serve como escopo da negação e da interrogação, como em (35): em (35b) a negação afeta *disse* e *está chovendo* e em (35c) a pergunta afeta *disse* e *está chovendo*:

- (35) a. Disse que está chovendo. (Castilho, 2010, p. 355)  
 b. Não disse que está chovendo. (Idem)  
 c. Disse que está chovendo? (Idem)

Já as adverbiais, por terem uma relação de adjunção com a matriz, apenas esta serviria de escopo à negação e à interrogação, como (36): em (36a) a negação só se aplica a *foi convocado* e em (36b) a pergunta só se aplica a *não foi convocado*:

- (36) a. Embora jogue bem, não foi convocado. (Castilho, 2010, p. 355)  
 b. Embora jogue bem, não foi convocado? (Idem)

Castilho afirma, no entanto, que seria necessário estudar essas propriedades em outras sentenças adverbiais. O autor, todavia, não verifica essa possibilidade quando descreve outros tipos de adverbiais. Como veremos adiante, essas propriedades não são compartilhadas pelas orações causais.

Para Castilho (2010), as orações subordinadas adverbiais têm como principal função discursiva verbalizar informações adicionais, funcionando em adjunção ao

verbo da sentença matriz, predicando ou verificando seu escopo. Em teoria, todas as orações desse tipo poderiam ser focalizadas, mas isso só acontece com as causais, as condicionais, as temporais, as finais e as proporcionais. Ou seja, as orações adverbiais apresentam comportamento heterogêneo.

O autor admite assim a dificuldade de se propor uma classificação para as adverbiais, mas reconhece que elas não são como as substantivas e as adjetivas, porque apresentam uma ligação mais fraca com a sentença matriz. Elas são, por um lado, menos estruturadas sintaticamente e, por outro, são mais sensíveis às necessidades do discurso, tal como especificado por Neves et al. (2008), que propõe, como visto acima, um estatuto próprio das adverbiais, situando-as a meio termo entre as coordenadas e as subordinadas.

Resumindo, para Castilho (2010) as orações coordenadas são independentes sintática e semanticamente, além de serem idênticas ou equivalentes. Elas não podem ser focalizadas, já que não funcionam como constituintes de outra sentença. O autor classifica as orações coordenadas como aditivas (marcadas principalmente pela conjunção *e*) e adversativas (marcadas principalmente pela conjunção *mas*). As alternativas (marcadas principalmente pela conjunção *ou*) enquadram-se nas orações correlatas, já as explicativas (marcadas principalmente pela conjunção *porque*) e as conclusivas (marcadas principalmente pela conjunção *portanto*), enquadram-se entre as subordinadas.

As orações subordinadas não são equivalentes em relação à sentença matriz. Por funcionarem como constituinte, elas poderiam, em princípio, ser focalizadas. Não há simetria semântica nesses tipos de sentenças complexas. As orações subordinadas são divididas em substantivas, adjetivas e adverbiais. Essas últimas funcionam em adjunção ao verbo da sentença matriz e, por isso, têm uma ligação mais fraca com esta. São mais sensíveis às necessidades do discurso, porém são menos estruturadas sintaticamente, por isso possuem um estatuto próprio e seriam situadas entre as coordenadas e as subordinadas.

Para Perini (2013), autor de gramáticas descritivas de vertente mais formalista, o período composto é definido como uma construção constituída de mais de uma oração, formando uma estrutura sintaticamente coesa. Segundo o autor “a estrutura coordenada se caracteriza por ter duas (ou mais) orações uma ao lado da outra, sem que faça parte da outra” (p. 158). Assim sendo, as orações em (37) - (39) são

chamadas de coordenadas e as palavras, *e*, *mas* e *ou* são chamadas de coordenadores, uma classe, para Perini, diferente da classe das conjunções, pois “os coordenadores não alteram o potencial funcional das orações que combinam, ao passo que as conjunções fazem de uma oração um sintagma nominal ou adverbial” (p. 162).

- (37) O aluno acordou cedo e começou a estudar.
- (38) O vizinho fechou a casa, *mas* a televisão foi roubada.
- (39) Está ventando *ou* alguém ligou o ventilador. (Perini, 2013, p. 158)

Além disso, as orações coordenadas podem ocorrer, também, sem coordenador, como (40):

- (40) Meu pai era muito nervoso, sempre tinha crises, morreu disso. (Perini, 2013, p. 164).

A coordenação, além de ser um processo de junção de orações, também se verifica em muitas outras classes gramaticais, inclusive na junção de palavras (os morfemas, unidades menores que as palavras, são isentas do processo de junção). Em (37)-(39), acima, tem-se exemplos de coordenação de orações; em (41) há coordenação de sintagmas nominais (SN); em (42) realiza-se a coordenação de verbos; em (43) tem-se a coordenação de sintagmas adjetivos; em (44) há coordenação de sintagmas preposicionados; e em (45) ocorre a coordenação de preposições:

- (41) *A Camila e a Sandra* brigaram.
- (42) O vizinho *fechou e trancou* a casa. (Perini, 2013, p. 160)
- (43) O Camilo é *pobre mas muito esforçado*. (Idem)
- (44) Esse ônibus passa *em Vitória e em Guarapari*. (Idem)
- (45) Eu vou fazer o serviço *com ou sem* a sua ajuda. (Idem)

Perini especifica que há outro processo no PB para a junção de orações, que é a subordinação. Essas orações, entretanto, não ficam uma ao lado da outra, mas sim uma dentro da outra. Em (46), por exemplo, tem-se uma oração subordinada em que [*que Rafael é médico*] é complemento (objeto direto) do verbo *disse*, satisfazendo sua exigência e possuindo papel temático. Ou seja, as duas orações [A tia Rosa disse] e [o Rafael é médico] não são colocadas lado a lado como no caso das coordenadas

vistas anteriormente, mas uma delas está dentro da outra. Isto é, a sentença (46) é composta de sujeito (*a tia Rosa*), verbo (*disse*) e objeto (*que o Rafael é médico*).

(46) [A tia Rosa disse {que o Rafael é médico}]. (Perini, 2013, p. 158)

Para Perini, a oração maior, que está entre colchetes, é chamada de oração principal e a oração menor, que está entre chaves, é chamada de oração subordinada. “Podemos definir uma oração principal como aquela que tem outra oração dentro de si; e oração subordinada é aquela que está dentro de outra oração”. (p. 159). Em (47), por exemplo, “uma das orações tem função dentro da outra: a subordinada *o Rafael é médico* é parte do objeto da principal, *a tia Rosa disse que o Rafael é médico*” (p. 159).

Ao contrário do processo de coordenação, a subordinação tem efeitos mais limitados, mas ainda assim não se delimita apenas a orações. Na sentença (47) coloca-se um SN dentro de outro SN: o SN principal (maior) é o [*irmão da minha namorada*], que contém um SN menor, ou seja, subordinado, [*a minha namorada*].

(47) O irmão da minha namorada é chato.

Em relação às conjunções, Perini (2013) afirma que “Existem muitas conjunções em português, e elas tem funções parcialmente diferentes. Todas elas marcam orações subordinadas, mas de maneiras distintas” (p. 162). Lembramos aqui que para esse autor orações coordenadas não possuem conjunções, mas coordenadores, como mencionado anteriormente. Em (46) acima, a sequência que envolve a conjunção *que* mais uma oração é, para Perini, um SN e, portanto, possuiria as propriedades sintáticas e semânticas dos SNs em geral. Essa mesma sequência pode, também, ser sujeito, como em (48), ou ainda pode vir depois de uma preposição, formando um sintagma preposicional, como em (49). O mesmo processo ocorre com a conjunção *quando* em (50), que, seguida de uma oração, é um sintagma adverbial, com papel temático de Tempo. Já *porque* seguido de uma oração é um sintagma adverbial com papel temático de Causa, como em (51). Logo, os coordenadores não alteram o potencial funcional das orações que combinam, já as conjunções fazem de uma oração um sintagma, seja este nominal ou adverbial.

(48) *Que o Rafael é médico* foi a revelação do ano. (Perini, 2013, p. 162)

(49) A notícia *de que Rafael é médico* me espantou. (Idem)

(50) O Rafael apareceu *quando nós chamamos*. (Idem)

(51) O Rafael foi para Ouro Preto *porque era aniversário dele*. (Idem)

O autor assume que nem todas as orações subordinadas são idênticas às orações principais, em termos de sua forma verbal, como as apresentadas acima. Certas orações assumem uma forma especializada, que só pode ocorrer como subordinada, por isso são chamadas por ele de estruturas oracionais especializadas. É o caso de orações com verbo no infinitivo, como em (52), na qual *aumentar os impostos* é uma oração, mas não pode ocorrer sozinha, aparecendo como parte de uma oração maior. Nesse caso, a marca da subordinação é a forma do verbo no infinitivo (*aumentar*) e não no indicativo (*aumentou, aumenta, está aumentando*); sendo assim, uma das funções do infinitivo seria marcar uma oração como subordinada. Para mais, o infinitivo veicula a informação de que a oração subordinada em questão é sempre um SN, por consequência, será sujeito, objeto ou complemento de uma preposição (possíveis funções do SN). Em (52), a oração em questão é um objeto (comparar com [O governo resolveu *o problema*]).

Semanticamente, observa-se que a oração infinitiva exprime uma 'coisa', em geral abstrata – ainda aqui é paralela ao SN, que também exprime coisas, e pode exprimir coisas abstratas. E, como todo SN, ela tem um papel temático (...) Em princípio, todo papel temático que pode se associar a uma oração infinitiva. Esse paralelismo sintático e semântico nos autoriza a analisar a oração infinitiva como um SN. (Perini, 2013, p. 167).

(52) O governo resolveu *aumentar os impostos*. (Perini, 2013, p. 165)

Além do infinitivo, existem mais dois tipos de orações subordinadas especializadas: de gerúndio (53), que, assim como as orações de infinitivo, não possuem conjunção, e de subjuntivo (54), a qual possui a conjunção *que*, mas também pode conter as conjunções *se* (55) e *quando* (56). Assim, as orações de infinitivo e de gerúndio são marcadas como subordinadas pelo modo verbal e as de subjuntivo são duplamente marcadas pela conjunção e pelo modo do verbo.

(53) Os professores chegando, podemos começar a sessão. (Perini, 2013, p. 166)

(54) É uma pena *que a noite esteja tão fria*. (Idem)

(55) Eu só telefono *se tiver alguma coisa para dizer*. (Idem)

(56) Eu só telefono *quando tiver alguma coisa para dizer*. (Idem)

As orações subordinadas de gerúndio são sintaticamente paralelas a sintagmas adverbiais, como se pode observar em (57a) e (57b).

- (57) a. Os professores chegando, podemos começar a sessão. (Perini, 2013, p. 166)  
 b. Depois do cafezinho, podemos começar a sessão. (Perini, 2013, p. 167)

Como mencionado, as orações de gerúndio são marcadas como subordinadas pelo modo verbal e as de subjuntivo são duplamente marcadas pela conjunção e pelo modo do verbo. A exceção ocorre quando o subjuntivo é regido por advérbio, como em (58).

- (58) Talvez ele *já tenha chegado*. (Perini, 2013, p. 168)

Com relação ao tempo verbal na subordinada, é importante observar que ele depende da regência do verbo e, por isso, pode acompanhar tanto o subjuntivo, como em (59), quanto o indicativo, como em (60). O tempo verbal depende, ainda, da presença de determinados elementos adverbiais antes ou depois do verbo, formando uma oração no subjuntivo (61) ou indicativo (62).

- (59) Ela lamentou que ele adoecesse. (Perini, 2013, p. 168)  
 (60) A Beth disse que ele adoeceu. (Idem)  
 (61) Talvez ele já tenha chegado. (Idem)  
 (62) Ele já chegou, talvez. (Idem)

Em relação à semântica, essas orações podem exprimir uma variedade de papéis temáticos, já que podem ocupar uma grande variedade de funções sintáticas. Por exemplo, a conjunção *quando* introduz, tanto no indicativo quanto no subjuntivo, orações sintaticamente paralelas a sintagmas verbais, com papel temático de Tempo, como em (63), que está no subjuntivo, e (64), que está no indicativo. Já a conjunção *se*, que também introduz um sintagma adverbial, pode atribuir papel temático de Condição, conforme (65):

- (63) O motorista pediu para chamar quando vocês chegassem. (Perini, 2013, p. 168)  
 (64) O motorista saiu quando vocês chegaram. (Idem)  
 (65) Ele prometeu ir ao restaurante se puder escapar da reunião. (Perini, 2013, p. 169)

Dessa forma, é possível afirmar que, para Perini (2013), as orações subordinadas são divididas de acordo com seus tempos verbais, suas funções

sintáticas e suas funções semânticas, as quais baseiam-se nas conjunções e nos papéis temáticos de seus complementos ou argumentos de verbos ou preposições. A oração adverbial seria aquela introduzida por uma conjunção que transformaria a oração em sintagma adverbial. Com relação às orações coordenadas, a diferença seria que as subordinadas são encaixadas, enquanto as coordenadas ficam lado a lado. Além disso, os coordenadores podem ligar constituintes menores que orações, o que não acontece no caso das conjunções de subordinação. Ainda que não apontado explicitamente pelo autor, essa diferença é importante no estabelecimento de critérios formais de distinção entre coordenação e subordinação, como será discutido adiante.

Em resumo, Perini (2013), na análise do período complexo, assume a dicotomia subordinação vs. coordenação proposta na GT. Com relação às orações adverbiais, Perini assume que elas seriam sintagmas adverbiais, recebendo um papel temático circunstancial, o que, em princípio, as diferenciaria das coordenadas, que não exercem funções umas nas outras. Já Neves et al. (2008), Neves (2011) e Castilho (2010) questionam a classificação tradicional, propondo também a classe das correlatas para enquadrar alguns dos tipos de subordinadas e de coordenadas. Com relação à distinção entre os tipos de oração, os autores, de forma geral, assumem que, ao contrário da oração subordinada, a oração coordenada não exerce função sintática na oração a que se liga. No caso das adverbiais, essa função seria a de adjunto. Além dessa distinção geral, Perini (2013) faz uma distinção entre coordenadores e conjunções, mostrando que coordenadores podem ligar sintagmas menores que orações, mas que isso não acontece com as conjunções. Já Castilho discute algumas outras possíveis distinções como a possibilidade de as subordinadas serem focalizadas, o que não acontece com as coordenadas. Entretanto, o próprio Castilho aponta para a possível fragilidade dessa distinção, já que, no caso das subordinadas adverbiais, nem todas poderiam ser focalizadas. Castilho aponta também como característica da coordenação a simetria dos termos coordenados; no entanto, como será visto na próxima seção, essa simetria é bastante superficial, no sentido de que ocorre apenas em alguns casos específicos. Castilho (2010), Neves (2011) e Neves et al. (2008) assumem que as adverbiais se distinguem tanto das subordinadas encaixadas (completivas e adjetivas restritivas) como das coordenadas, apresentando características intermediárias de [-encaixamento] e [+dependência]. No

entanto, esses autores não explicam como se poderia decidir se determinada oração seria classificada como mais ou menos encaixada e mais ou menos dependente.

Dessa forma, além das distinções já descritas nas GT, os autores abordados nesta seção têm pouco a oferecer em termos de critérios mais formais distintivos entre coordenação e subordinação, a não ser o apontamento de Perini (2013) sobre a possibilidade de conjunções subordinativas não poderem combinar constituintes menores que a oração.

### 3.2.2 Estudos gerativistas

Matos (2003) define tanto coordenação como subordinação como um processo de formação de unidades complexas. A coordenação se caracteriza por combinar constituintes do mesmo nível categorial, com mesma função sintática e semântica (núcleos, sintagmas e orações), sem que os membros da coordenação exerçam funções uns nos outros. Matos e Raposo (2013) definem coordenação de modo semelhante, como um processo que opera sobre constituintes de nível linguístico idêntico e os combina através de um conector, chamado de conjunção coordenativa. A coordenação se integra, segundo os autores, nos fenômenos classificados como paratáticos, que inclui ainda a justaposição e a suplementação. Na coordenação, as orações apresentam maior coesão; na suplementação, há o acréscimo de informação, mas não há integração das orações num mesmo constituinte sintático; na justaposição a autonomia das orações é maior do que nos outros casos (Mendes, 2013). Outros autores, como de Vries (2009 *apud* Colaço e Matos, 2016), propõem que as estruturas paratáticas são instâncias de coordenação; além das estruturas de coordenação padrão (aditiva, adversativa, alternativa), haveria a coordenação especificante, englobando as estruturas apositivas e as parentéticas. A parataxe se opõe aos processos hipotáticos de articulação, que se caracterizam por combinarem constituintes em níveis hierárquicos distintos; os processos hipotáticos incluem os casos de subordinação oracional. Apresentaremos inicialmente, com base essencialmente em Matos e Raposo (2013), uma discussão mais voltada para o fenômeno da coordenação, apresentando suas características e propriedades formais, apontando aquelas que podem diferenciar coordenação de subordinação. Em seguida, apresentaremos uma discussão mais voltada para a subordinação,

especialmente confrontando suas propriedades com as propriedades da coordenação.

### 3.2.2.1 Coordenação

Com relação à coordenação, Matos e Raposo (2013) especificam que os conectores que combinam os termos coordenados chamam-se conjunções coordenativas ou, quando são formadas por mais de um item, locuções coordenativas, como *assim como*, *bem como*, *não só... mas também*, etc. Tanto as conjunções quanto as locuções coordenativas são palavras morfologicamente invariáveis. A combinação de unidades dessa forma gera uma nova unidade de maior complexidade que pertence ao mesmo nível linguístico. Cada constituinte coordenado é chamado de termo coordenado. Assim sendo, a coordenação de dois itens lexicais produz um novo item lexical (66); a coordenação de dois sintagmas produz um novo sintagma (67) e a coordenação de duas orações produz uma nova oração (68).

- (66) Esse valente e heroico soldado sacrificou-se pela pátria. (Matos e Raposo 2013 p.1759)
- (67) Maria saiu com Pedro *ou* com Antônio. (Idem)
- (68) Disseram que os ladrões levaram muitas obras de arte, *mas* que a polícia já estava investigando o assalto. (Idem)

Os termos coordenados são equivalentes entre si, não só hierarquicamente, mas também funcionalmente.

Hierarquicamente, os termos são equivalentes porque nenhum deles tem proeminência estrutural sobre o outro, i.e. encontram-se no mesmo nível da estrutura sintática. Funcionalmente, os termos são equivalentes porque qualquer deles, isoladamente, poderia ocorrer com a mesma função gramatical numa frase semelhante, mas sem coordenação. (Matos e Raposo 2013, p.1761)

Em (67), por exemplo, é possível isolar [Maria saiu *com Pedro*] e [Maria saiu *com Antônio*]. Em cada uma delas, o sintagma em destaque é um adjunto adverbial com valor semântico comitativo, exatamente com a mesma função que o constituinte composto mantém em (67).

Devido a essa equivalência, é possível trocar a ordem dos termos coordenados em algumas estruturas compostas, tanto gramaticalmente como informacionalmente.

Assim sendo, não há grandes diferenças entre as novas versões dos exemplos apresentados a seguir em (a). Quando uma troca desse tipo é possível, diz-se que os termos coordenados são simétricos, como em (69) e (70). Entretanto, essa possibilidade não se aplica a muitos casos, como quando os termos coordenados são orações, como em (71)

- (69) a. Esse *valente e heroico* soldado sacrificou-se pela pátria. (Matos e Raposo 2013, p. 1759)  
 b. Esse *heroico e valente* soldado sacrificou-se pela pátria. (Idem)
- (70) a. Maria saiu *com Pedro ou com Antônio*. (Idem)  
 b. Maria saiu *com Antônio ou com Pedro*. (Idem)
- (71) a. Disseram que os ladrões levaram muitas obras de arte, *mas que a polícia já estava investigando o assalto*. (Idem)  
 b. \* *Mas que a polícia já estava investigando o assalto*, disseram que os ladrões levaram muitas obras de arte. (Idem) página?

Sobre a coordenação de itens lexicais e de sintagmas, nos casos mais típicos, a coordenação combina elementos que pertencem à mesma classe de palavras ou à mesma classe de sintagma. Em (72) estão coordenadas palavras: em (72a), nome com nome; em (72b), adjetivo com adjetivo; em (72c), verbo com verbo; em (72d,) preposição com preposição e em (72e), advérbio com advérbio. Em (73) ocorre a coordenação com sintagmas: em (73a), sintagmas nominais; em (73b), sintagmas adjetivais; em (73c), sintagmas verbais; em (73d), sintagmas preposicionais e em (73e), sintagmas adverbiais.

- (72) a. A Maria comprou um sanduíche de [*salame*] e [*queijo*].  
 b. Ela usava blusa [*branca*] e [*preta*]. (Matos e Raposo, p. 1762, 2013)  
 c. A Fernanda [*ligava*] e [*desligava*]. (Idem)  
 d. Você pediu uma água [*com*] ou [*sem*] gás?  
 e. Você não pode estar [*aqui*] e [*ali*] ao mesmo tempo
- (73) a. [*Esta saia*] e [*aquele casaco*] combinam bem. (Idem)  
 b. Num gesto [*totalmente inédito*] mas [*muito generoso para com o público*], o cantor voltou três vezes ao palco depois do fim do espetáculo. (Idem)  
 c. As crianças têm [*passeado pouco*] e [*visto televisão demais*].

d. [*No Rio Belém*] e [*em vários outros rios da cidade*] a poluição está em estado crítico.

e. Partimos para o norte [*hoje à noite*] ou [*amanhã de manhã*]. (Idem)

Também é possível que sejam coordenadas orações de vários tipos: (i) independentes, como em (74), com orações que, isoladamente, constituiriam frases simples: [[*O calor era muito*]. [*Não se fazia qualquer aragem*]]; (ii) subordinadas finitas, como em (75): (75a) completivas, (75b) completivas interrogativas, (75c) adverbiais e (75d) relativas; e (iii) subordinadas infinitivas, como em (76): (76a) completivas e (76b) adverbiais:

- (74) a. *O calor era muito e não se fazia qualquer aragem.* (Matos e Raposo, p. 1763, 2013)  
 b. *Os banhistas infringem constantemente as normas de segurança e os salva-vidas não têm descanso.*
- (75) a. *As crianças pensam que a vida é fácil e que todos gostam delas.* (Matos e Raposo 2013, p. 1764)  
 b. *Ela perguntou se eu já tinha lido o livro ou se conhecia o autor.* (Idem)  
 c. *Quando você quiser algum livro ou quando precisar de dicionário, você deve ir à biblioteca.*  
 d. *A garota a quem o João telefonou e de quem todos gostam foi aluna do Paulo.*
- (76) a. *O Jonas quer vender a moto e comprar um carro.* (Idem)  
 b. *A Maria telefonou-me depois de chegar em casa e antes de falar com o Luís.* (Idem)

Matos e Raposo (2013) estabelecem uma distinção entre coordenação integrada e coordenação parentética. Na coordenação integrada, como o nome indica, a estrutura composta na sua totalidade (incluindo todos os seus termos) é parte integrante da oração que a contém, prosódica, sintática e semanticamente, como (77): toda a estrutura entre colchetes desempenha uma função gramatical e tem valor semântico na oração.

- (77) [*O meu filho e um colega*] decidiram não ir à visita de estudo. (Matos e Raposo, 2013, p. 1782)

Por outro lado, na coordenação parentética, o último termo coordenado (termo parentético), acompanhado pela conjunção que o introduz, ocorre destacado do termo precedente e também do resto da oração, formando uma unidade autônoma do ponto de vista prosódico, sintático e semântico. Nessa situação, a oração à qual se liga o termo parentético e a conjunção que o introduz chama-se oração hospedeira, como em (78): a oração hospedeira é [comprei um livro, uma caneta e uma lapiseira]. Sendo assim, o termo parentético é um elemento inciso na oração hospedeira.

(78) Comprei um livro, uma caneta e uma lapiseira, e (*já me esquecia*) uma borracha também. (Matos e Raposo 2013, p. 1782)

Com relação à classificação semântica das estruturas de coordenação e das conjunções coordenativas, Matos e Raposo (2013) propõem que são coordenativas as conjunções copulativas (aditivas), as disjuntivas (alternativas) e as adversativas. Os autores elaboraram o Quadro 1 para melhor entendimento.

	Copulativas	Disjuntivas	Adversativas
Simple	e nem	Ou	Mas
Correlativas	nem... nem quer... quer não só... mas também não só... como (também)	ou... ou ora... ora quer... quer	

Quadro 1: conjunções coordenativas. (Matos e Raposo 2013, p. 1787)

São copulativas as conjunções cujo valor semântico é de adicionar duas ou mais ideias, podendo ser (i) adição de proposição ou (ii) adição de entidades ou propriedades. No primeiro caso, coordenam-se semanticamente proposições e a proposição composta resultante é verdadeira se cada uma das proposições coordenadas também for verdadeira. Em (79) tem-se um exemplo de coordenação sintática de orações e em (80) tem-se um exemplo de coordenação sintática de sintagmas. Em (79) as proposições adicionadas correspondem aos termos coordenados de modo claro. Em (80) cada uma das proposições adicionadas contém um dos termos coordenados na função relevante, partilhando o restante do material

lexical. Em (80a) as proposições adicionadas são [Pedro fala francês] e [Paulo fala francês] e em (80b) são [Ele encontrou a Joana em Londres] e [Ele encontrou a Joana em Paris].

- (79) a. [O Pedro comprou uma moto] e [a Maria comprou um carro]. (Matos e Raposo, p. 1788, 2013)  
 b. [A Maria saiu de casa] e [foi ao cinema]. (Idem)
- (80) a. [O Pedro] e [O Paulo] falam francês. (Idem)  
 b. Ele encontrou a Joana [em Londres] e [em Paris]. (Idem)

As conjunções disjuntivas têm o valor semântico de exprimir uma opção, em alternativa, entre os membros do conjunto representado pelos termos coordenados. Na disjunção inclusiva, o falante admite a possibilidade de que apenas um dos termos da coordenação satisfaça a proposição expressa pela sentença, porém não fica excluída a possibilidade de ambos os termos satisfazerem a proposição. Em (81), por exemplo, as possibilidades de interpretação são: o primeiro termo da coordenação sozinho satisfaz a proposição, o segundo termo sozinho satisfaz a proposição e os dois termos satisfazem ambos a proposição. Assim, o documento pode ser assinado pelo marido, pela mulher, ou ainda por ambos.

- (81) O documento pode ser assinado pelo marido ou pela mulher. (Matos e Raposo, p. 1796, 2013)

Já na disjunção exclusiva, apenas um dos termos satisfaz a proposição expressa pela sentença, mas não ambos. Geralmente, são os casos em que a exclusão de um dos termos tem incompatibilidade semântica com outro ou tem conflito pragmático entre as situações expressas, como em (82). Em (82a) a exclusão ocorre porque ninguém pode estar simultaneamente em dois lugares ao mesmo tempo e em (82b) a exclusão vem da natureza pragmática de que só se almoça uma vez por dia, logo, se alguém almoça no restaurante não almoça novamente em casa e vice-versa.

- (82) a. O Pedro está em Paris ou está em Londres. (Matos e Raposo, p. 1797, 2013)  
 b. Ontem, o Pedro almoçou no restaurante ou em casa. (Idem)

A coordenação adversativa expressa um contraste entre dois termos coordenados, sendo sempre binária, e combina elementos de vários tipos, como

orações em (83), sintagmas verbais (84), sintagmas nominais (85), sintagmas adjetivais (86) e advérbios (87). O contraste da conjunção adversativa pode possuir propriedades semânticas dos termos, como em (83) e (84) ou, ainda, pode ocorrer o contraste pragmático, como em (85) - (87): nessas sentenças o contraste é estabelecido entre uma inferência obtida a partir do primeiro termo coordenado, por um lado, e o conteúdo semântico do termo adversativo, por outro.

- (83) O trabalho era muito, *mas* conseguimos fazê-lo. (Matos e Raposo 2013, p. 1800)
- (84) A Maria lembrou-se dos anos de Luís *mas* esqueceu-se dos anos de Jorge. (Idem)
- (85) Muitos professores *mas* poucos alunos aderiram à greve. (Idem)
- (86) Ela vivia num edifício antigo *mas* bem conservado. (Idem)
- (87) A professora advertiu o aluno simpaticamente *mas* firmemente. (Idem)

Matos e Raposo (2013) excluem do quadro de conjunções e locuções coordenativas itens tradicionalmente classificados como conjunções adversativas, como *porém, todavia, contudo, no entanto*. Além disso, eles não reconhecem a existência de conjunções coordenativas conclusivas nem de conjunções coordenativas explicativas<sup>1</sup>. Para realizar essa distinção, os autores discutem propriedades gramaticais das conjunções coordenativas que permitem distinguir esta classe tanto das conjunções ou locuções subordinativas como dos conectores oracionais de natureza adverbial e preposicional que ocorrem no domínio da coordenação. Os autores se baseiam essencialmente nas discussões de Haspelmath (2004), Quirk (1985) e Matos (2003). São elas:

(i): numa estrutura composta, a conexão entre dois termos coordenados é estabelecida por uma, e apenas uma, conjunção ou locução conjuncional, caso contrário a sentença é agramatical, como em (88a), entretanto, a sequência seria gramatical com qualquer uma das conjunções isoladamente, como em (88b-c).

---

<sup>1</sup> Matos e Raposo esclarecem que “o termo ‘conjunção’ designa uma classe gramatical que se caracteriza por um determinado número de propriedades gramaticais particulares; em contrapartida, o termo mais amplo ‘conector’ designa uma coleção heterogênea de palavras ou locuções pertencentes a classes diversas e com propriedades gramaticais distintas, que partilham com as conjunções a função de estabelecer uma conexão entre constituintes de vários tipos, incluindo, por vezes, orações.” (Matos e Raposo 2013, p. 1805)

- (88) a. \*[A editora reabriu] e *mas* [a sua oferta bibliográfica pouco se alterou].  
(Matos e Raposo 2013, p. 1806)
- b. [A editora reabriu] e [a sua oferta bibliográfica pouco se alterou].
- c. [A editora reabriu] *mas* [a sua oferta bibliográfica pouco se alterou].

(ii): as conjunções coordenativas têm um lugar fixo na estrutura: introduzem os termos coordenados, mas não podem ocorrer em nenhuma outra posição, senão serão sentenças agramaticais, como ilustrado em (89):

- (89) a. [O porteiro abriu a porta] e [a Maria entrou em casa]. (Matos e Raposo 2013, p. 1806)
- b. \*[O porteiro abriu a porta] [a Maria e entrou em casa]. (Idem)
- c. \*[O porteiro abriu a porta] [a Maria entrou em casa e]. (Idem)

(iii): as conjunções coordenativas podem coordenar tanto orações quanto constituintes menores do que a oração, como visto em (72) e em (73). Essa é uma propriedade que distingue conjunções coordenativas de subordinativas, já que estas combinam apenas orações entre si.

(iv): uma conjunção ou locução subordinativa pode seguir ou preceder imediatamente uma conjunção coordenativa, ou parte dela, e vice-versa. Em (90a) o segundo termo coordenado é uma oração subordinada introduzida pela conjunção *que*; em (90b) o sujeito da oração subordinada adverbial introduzida pela locução *ainda que* é um sintagma nominal composto articulado pela conjunção coordenativa correlativa *nem...nem*.

- (90) a. Ele disse [*que* lera o livro] *mas* [*que* o achara desinteressante]. (Matos e Raposo 2013, p. 1807)
- b. [Ainda que nem a Maria nem o João tenham chegado], vamos começar a jantar.

(v): A conjunção e o segundo termo coordenado não podem ser antepostos no início da estrutura composta, do contrário a sentença se torna agramatical, como em (91).

- (91) a. [Os alpinistas] e [os xerpas] estavam preparados para a subida da montanha. (Matos e Raposo 2013, p. 1807)

b. \**E* [os xerpas] [os alpinistas] estavam preparados para a subida da montanha.

Essa propriedade permite distinguir as coordenadas das subordinadas, como será discutido na próxima seção.

(vi): Contrariamente às conjunções subordinativas, as conjunções coordenativas não são sensíveis à natureza finita ou infinitiva das orações que introduzem. Em (92a) temos a coordenação de orações finitas e em (92b) a coordenação de orações infinitivas.

- (92) a. O réu afirmou [que tinha ficado em casa de tarde], *mas* [que tinha saído a noite].  
 b. O réu afirmou [ter ficado em casa de tarde], *mas* [ter saído a noite].  
 (Idem)

A sensibilidade das conjunções subordinativas está ilustrada em (93).

- (93) a. Embora a Maria *estivesse* cansada, decidiu sair. (vs. \**embora a Maria estar cansada, ...*)  
 b. \*A Maria disse ter ficado em casa quando o João ter chegado.

Como visto acima, Matos e Raposo ressaltam que nem todos os itens tradicionalmente classificados como conjunções coordenativas apresentam essas propriedades formais e propõem que esses itens seriam mais bem classificados como conectores. Entre eles, os autores citam *porém*, *todavia*, *contudo* e *no entanto*, com valor adversativo, e *assim*, *logo*, *pois*, *por isso*, *portanto*, com valor conclusivo. Esses conectores, diferentemente das conjunções, podem, em primeiro lugar, coocorrer com a conjunção *e* (e também com a conjunção *mas*), e, em segundo lugar, podem ocorrer em outras posições na oração, além da posição inicial do segundo termo. Os exemplos em (94) e (95) ilustram essas possibilidades. De acordo com os autores, as orações em (94b) e em (95b) seriam orações coordenadas, mas assindéticas (com a conjunção omitida).

- (94) a. Os óculos estavam em cima da mesa e, *porém*, ele não os viu. (Matos e Raposo 2013, p. 1809)  
 b. Os óculos estavam em cima da mesa; ele *porém* não os viu. (idem)

- (95) a. Encomendámo-los há bastante tempo e, *portanto/por isso/por conseguinte/por consequência*, os livros devem estar a chegar. (Matos e Raposo 2013, p. 1810)
- b. Encomendámo-los há bastante tempo; os livros, *portanto/por isso/por conseguinte/por consequência*, devem estar a chegar.

Em um resumo breve, Matos e Raposo (2013) assumem que a coordenação opera sobre constituintes de nível linguístico idênticos e os combinam através de uma conjunção ou locução coordenativa em uma nova unidade de maior complexidade que pertence ao mesmo nível linguístico. Ou seja, dentro de uma estrutura composta, os termos coordenados são equivalentes entre si, tanto hierárquica como funcionalmente. As orações coordenadas podem ser, em relação à classificação semântica, copulativas (aditivas), disjuntivas (alternativas) ou adversativas. Os autores não consideram a existência de orações coordenadas conclusivas nem de orações coordenadas explicativas, ao contrário das GT. Matos e Raposo apresentam algumas propriedades formais da coordenação e apontam especificamente para três delas que podem diferenciar as coordenadas das subordinadas, quais sejam as propriedades listadas em (iii), (v) e (vi) acima: as conjunções coordenativas podem coordenar tanto orações quanto constituintes menores do que a oração, a conjunção e o segundo termo coordenado não podem ser antepostos no início da estrutura composta e as conjunções coordenativas não são sensíveis à natureza finita ou infinitiva das orações que introduzem.

### 3.2.2.2 Subordinação

Como discutido acima, a subordinação oracional é parte dos chamados processo hipotáticos, que combinam constituintes em níveis hierárquicos distintos. Nesses casos, um constituinte depende do outro, semanticamente e estruturalmente. Lobo (2003, p. 16) afirma que “na definição das subordinadas em geral, é usual referir-se que estas estão integradas na oração matriz e que estabelecem com ela uma relação gramatical (ou de complemento ou de sujeito ou de modificador)”. Vimos que a tradição gramatical identifica três tipos de estruturas subordinadas: as orações subordinadas substantivas, as adjetivas e as adverbiais. Essa classificação, com

modificações na nomenclatura, é largamente mantida nos estudos linguísticos atuais. Assim, muitos autores se referem às orações completivas, relativas e adverbiais, por exemplo.

A diferença das subordinadas em comparação com as coordenadas seria justamente relativa à relação de dependência junto à oração com a qual se associam, pois assume-se que as coordenadas são orações independentes, sem função sintática na outra oração. Segundo Lobo (2003), essas propriedades são, no entanto, insuficientes para a separação em subordinação ou coordenação, e a distinção entre coordenação e subordinação seria fácil apenas aparentemente.

Como observa a autora, as completivas e as relativas têm claramente estatuto sintático distinto do estatuto sintático das coordenadas. No exemplo (96), vê-se que é impossível retirar a segunda oração, classificada tradicionalmente como subordinada substantiva (ou completiva), mas em (97) é possível retirar a oração coordenada.

- (96) a. O Pedro disse que o Paulo não vinha jantar. (Lobo 2003, p. 18)  
 b. \*O Pedro disse.
- (97) a. O Pedro comeu um pastel e a Ana comeu uma torta.  
 b. O Pedro comeu um pastel.

Entretanto, (98) mostra que, tal como as coordenadas, as subordinadas adverbiais podem ser retiradas, já que não fazem papel de argumentos nucleares.

- (98) a. *Quando cheguei, você saiu.*  
 b. Você saiu.

Quanto às relações semânticas expressas nas sentenças, elas podem ser expressas não só por subordinação adverbial, mas também podem ser inferidas sem que haja marcação explícita da conexão. Em (99a), o conectivo transmite a ideia de tempo, ligando a informação da segunda sentença à da primeira. Já em (99b), quando não há o uso do conectivo, infere-se igualmente que o evento descrito na primeira sentença é temporariamente anterior ao descrito na segunda sentença.

- (99) a. *Quando o professor entrou na sala, os alunos sentaram-se.* (Matos 2003, p. 19)  
 b. O professor entrou na sala. Os alunos sentaram-se.

Assim sendo, a autora afirma que é necessário basear-se em critérios formais para distinguir os dois tipos de oração: “a dificuldade em definir os conceitos ‘coordenação’ e ‘subordinação’ decorre do fato de serem poucas as propriedades que, formalmente, podemos atribuir ao conjunto das subordinadas, que as distingam enquanto grupo de conjunto das estruturas coordenadas” (Lobo, 2003, p. 16). Essa dificuldade, como visto acima, não se aplica à distinção entre quaisquer tipos de subordinadas e de coordenadas, pois as subordinadas completivas, por exemplo, são mais fáceis de serem classificadas como tais por terem papel de argumento nuclear, como em (96).

Dessa forma, a maior dificuldade é a classificação das subordinadas adverbiais, que não constituem argumentos, mas adjuntos, podendo assim ser mais facilmente confundidas com estruturas coordenadas. Da mesma forma, estruturas coordenadas podem ser confundidas com subordinadas adverbiais.

### 3.3 Critérios distintivos entre subordinação e coordenação

A partir principalmente do trabalho de Quirk (1985) e de estudos sobre as propriedades das orações coordenadas e das orações subordinadas, Matos (2003; 2004), Lobo (2003) e Matos e Raposo (2013) apontam para propriedades das estruturas de coordenação que as distinguem das estruturas de subordinação:

(i) a conjunção e o segundo termo coordenado não podem ser antepostos no início da estrutura composta;

(ii) as orações coordenadas não podem ser coordenadas entre si, ao contrário das orações subordinadas;

(iii) as conjunções coordenativas podem coordenar tanto orações quanto constituintes menores do que a oração;

(iv) é impossível realizar uma extração a partir de apenas um dos termos coordenados, ao passo que uma extração a partir da oração matriz de uma subordinada é possível;

(v) alguns tipos de elipse, como a Elipse Lacunar, só aparecem no contexto de orações coordenadas.

(vi) as conjunções coordenativas não são sensíveis à natureza finita ou infinitiva das orações que introduzem;

Matos (2003), Lobo (2003) e Matos (2004) propõem a utilização dessas propriedades como critérios sintáticos para diferenciar coordenação de subordinação, como detalhados a seguir. É necessário ressaltar que, embora possa haver dúvidas com relação às classificações das orações como subordinada adverbial ou como coordenada, há casos em cada classe que são prototípicos e constituem casos não controversos seja de coordenação, seja de subordinação adverbial. Como visto acima, os autores concordam em classificar como conjunções coordenativas típicas as conjunções *e*, *mas* e *ou*. Da mesma forma, conjunções temporais, como *quando*, são consideradas conjunções subordinativas adverbiais típicas, já que as orações introduzidas por essa conjunção claramente especificam uma circunstância temporal para a oração matriz, exercendo assim uma função de adjunto. São esses os contextos exemplificados a seguir.

### 3.3.1 Teste da anteposição

Esse teste foca no processo de deslocamento de constituintes, mais especificamente na sua anteposição (possibilidade de um constituinte ocupar a posição inicial). Os exemplos em (100a) e (100b) mostram que estruturas típicas de coordenação não permitem anteposição, ao contrário das subordinadas típicas (100c) e (100d). Mais especificamente, a conjunção coordenativa e o segundo termo coordenado não podem ser antepostos.

- (100)
- a. O João comprou um disco e o Pedro comprou um livro.
  - b. \*E o Pedro comprou um livro, o João comprou um disco.
  - c. A Maria acordou quando o João chegou.
  - d. Quando o João chegou, a Maria acordou

Matos (2003) comenta que os estudos tradicionais não mencionam essa propriedade de falta de mobilidade das estruturas coordenadas. Pelo contrário, consideram que uma das propriedades características da coordenação é a intercomutabilidade dos termos coordenados. Essa ideia aparece também em

Castilho (2010), como visto acima, referida como propriedade de simetria das orações coordenadas. Matos (2003) afirma que essa hipótese de simetria repousa “numa certa liberalidade de manipulação dos exemplos e na consideração de um subcaso muito restrito de estruturas coordenadas” (p. 554), porque, para os estudos tradicionais, em primeiro lugar, as conjunções coordenativas não são consideradas como parte integrante do termo coordenado, e, em segundo lugar, os exemplos considerados são aqueles em que os termos coordenados são simétricos semanticamente e formalmente independentes, como em (101). Os exemplos discutidos por Castilho (2010) em (33) são semelhantes. Quando não há simetria ou independência formal, essas manipulações não são possíveis, como em (102) e (103).

- (101) a. O João vai ao cinema mas a Maria vai ao concerto. (Matos 2003, p. 554)  
 b. A Maria vai ao concerto mas o João vai ao cinema. (idem)
- (102) a. Senti uma vertigem e desmaiei.  
 b. #Desmaiei e senti uma vertigem.
- (103) a. O João vai ao cinema mas a Maria não. (Matos 2013, p. 554)  
 b. \*Mas a Maria não, o João vai ao cinema. (idem)

No entanto, Matos (2003) esclarece que, se as estruturas coordenadas nem sempre apresentam simetria completa, elas requerem paralelismo entre os termos coordenados. Canonicamente, esse paralelismo se revela no nível categorial e em termos de relações gramaticais e semânticas, como em (104), em que aparecem coordenadas duas orações completivas. Contudo é possível coordenar constituintes de categorias diferentes, contanto que eles mantenham as mesmas relações gramaticais e semânticas, como em (105), em que aparecem coordenados um sintagma adjetival e uma oração relativa restritiva; esses termos coordenados, apesar de pertencerem a diferentes categorias, exercem a mesma função sintática de modificador do nome *livro*. O paralelismo das estruturas coordenadas determina propriedades importantes relacionadas à extração e à elipse, como se verá adiante.

- (104) Ele disse [ou [ que resolvia pessoalmente o assunto] ou [que chamava um eletricista para resolver]].

- (105) Um livro [muito interessante] mas [que custa muito caro] foi recentemente adquirido pela biblioteca da Faculdade.

### 3.3.2 Teste da coordenação

Matos (2003) faz uma diferenciação entre conjunções e conectores de coordenação vs. complementadores<sup>2</sup>:

A coordenação é caracteristicamente estabelecida pela presença de conjunções cuja função é explicitar o nexos entre os termos coordenados. As conjunções são palavras morfologicamente não flexionáveis que veiculam prototipicamente valores de adição, alternância ou contraste entre termos coordenados (Matos, 2003, p. 558).

Para Matos, conjunções distinguem-se dos complementadores pelos valores que vinculam e pelo fato de poderem ocorrer com complementadores quando os membros coordenados são sentenças subordinadas. Para ilustrar essa diferenciação, ela mostra os exemplos aqui numerados como (106): a má formação de (106c-d) mostra que duas conjunções ou dois complementadores não podem ocupar a mesma posição na sintaxe; a possibilidade da conjunção *e* coocorrer com os complementadores *que* e *porque* em (106a-b) mostra que esses elementos pertencem a classes distintas. O resultado dessa restrição é que, ao contrário das orações coordenadas, as orações subordinadas podem ser coordenadas entre si.

- (106) a. Acho que ele tem trabalhado demais e que devia fazer férias o mais rápido possível. (Matos, 2003, p. 558)
- b. Porque já acabei o trabalho e porque está tempo bom, vamos passear esta tarde. (idem)
- c. \*Ele vai ao cinema e ou ao teatro. (idem)
- d. \*Ela não sabe porque quando a convidaram para passar as férias na montanha. (idem)

Dessa forma, a possibilidade de se coordenar uma estrutura introduzida por uma conjunção é um teste de natureza distribucional, pois analisa o comportamento das orações em relação a outros elementos distribuídos na sentença. Observa-se que,

---

<sup>2</sup> Para Matos (2003), os complementadores são aqueles tradicionalmente designados como conjunções subordinativas.

tipicamente, uma oração subordinada pode se unir a outra oração também subordinada através do processo da coordenação, como em (107a), mas que uma oração coordenada não pode se unir a outra oração também coordenada através do processo da coordenação (107b).

- (107) a. O Pedro ligou pro João [antes de falar com Ana] e [antes de saber sobre a viagem dela].
- b. \* O João vai ao cinema mas [a Ana vai ao shopping] e [mas o Pedro vai ao teatro].

### 3.3.3 Teste da junção de constituintes não oracionais

As conjunções de coordenação típicas são capazes de conectar tanto orações quanto constituintes de outras categorias sintáticas, como ilustrado em (72)-(73), seção 3.2.2.1; essa propriedade não é compartilhada pelas conjunções subordinativas. Lobo (2003) explica que há casos em que aparentemente o constituinte é conectado a uma oração por uma conjunção subordinativa, como em (108), mas que na verdade essas estruturas são orações elípticas, em que um verbo de tipo predicativo está elidido.

- (108) a. Enquanto novo, o João tinha imensas atividades. (Lobo 2003, p. 32)  
(= enquanto era novo...)
- b. Quando muito pequenos, os brinquedos podem ser perigosos para os bebês. (idem) (= quando são muito pequenos...)

### 3.3.4 Teste da extração

Matos (2003) afirma que o paralelismo das estruturas coordenadas se manifesta também nos casos de extração a partir de um domínio de coordenação oracional. A extração é impossível quando ocorre a partir de apenas um dos termos coordenados (109b), mas aceitável quando é realizada simultaneamente a partir de ambos os termos (109c). Essa propriedade seria distintiva com relação às orações subordinadas, já que esse tipo de extração é permitido, a partir da matriz, em uma

estrutura que apresenta uma subordinada adverbial de tempo, por exemplo, como em (110).

- (109) a. A Joana comprou um livro mas deu um chocolate à Ana.  
 b. \*Que livro a Joana comprou \_\_\_\_ mas deu um chocolate à Ana?  
 c. Que livro a Joana comprou \_\_\_\_ mas deu \_\_\_\_ à Ana?
- (110) a. O João vai viajar para Portugal quando o Paulo voltar de Paris.  
 b. Para onde o João vai viajar \_\_\_\_ quando o Paulo voltar de Paris?

### 3.3.5 Teste da elipse

Uma outra propriedade das estruturas coordenadas é apresentarem as condições necessárias para aparecimento de elipses. De acordo com Matos (2003), todas as elipses oracionais são possíveis nessas estruturas, inclusive alguns tipos de elipse, como a Elipse Lacunar, só aparecem no contexto de orações coordenadas. Esse tipo de elipse afeta apenas o verbo flexionado da oração, ou a sequência verbo auxiliar e verbo principal, deixando obrigatoriamente pelo menos dois constituintes explicitados, como em (111). Esse tipo de operação constituiria também em uma forma de se distinguir coordenação de subordinação, já que a Elipse Lacunar não é possível em orações subordinadas, como ilustrado em (112).

- (111) a. O Pedro comprou um livro e o Paulo \_\_\_\_ um disco.  
 b. A Ana lê romances em casa e a Maria \_\_\_\_ poemas nas aulas.
- (112) \*Nós partiremos para o Brasil quando eles \_\_\_\_ para os Pirinéus.

### 3.3.6 Teste da sensibilidade da conjunção à natureza finita ou infinitiva da oração

As conjunções coordenativas não são sensíveis à natureza finita ou infinitiva das orações que introduzem, ao contrário das conjunções subordinativas. Os dados em (92), repetidos em (113), mostram a coordenação de orações finitas (113a) e a coordenação de orações infinitivas (113b). Os dados em (93), repetidos em (114), mostram a sensibilidade das conjunções subordinativas.

- (113) a. O réu afirmou [que tinha ficado em casa de tarde], *mas* [que tinha saído a noite].  
 b. O réu afirmou [ter ficado em casa de tarde], *mas* [ter saído a noite].  
 (Idem)
- (114) a. Embora a Maria *estivesse* cansada, decidiu sair. (Vs. *\*embora a Maria estar cansada, ...*)  
 b. *\*A* Maria disse ter ficado em casa quando o João ter chegado.

Em resumo, há algumas propriedades formais que podem diferenciar as coordenadas das subordinadas. Na seção que segue, os testes descritos acima serão aplicados às orações causais e às orações explicativas.

### 3.4 Orações Subordinadas Causais e Orações Coordenadas Explicativas

Nesta seção, discutiremos as chamadas orações subordinadas causais em comparação com as orações coordenadas explicativas, buscando em primeiro lugar apontar para os problemas dessa classificação tradicional, para, em seguida, apresentar como essas orações são analisadas nos estudos linguísticos, incluindo as análises das gramáticas descritivas de Castilho (2010) e Neves (2011). Por fim, verificaremos o comportamento dessas orações com relação aos critérios formais detalhados na seção precedente.

#### 3.4.1 A visão da GT

Como discutido na seção 3.1, a maior parte das GT do PB concordam que as orações subordinadas são sentenças que pertencem sintaticamente à oração principal e, por isso, são divididas, justamente, de acordo com o papel sintático que realizam, podendo ser substantivas, adjetivas ou adverbiais. Já as coordenadas são orações independentes e se dividem em assindéticas, quando não apresentam conjunção, e sindéticas, quando as apresentam. Em (115), um exemplo de coordenação sindética, percebe-se que as orações não fazem parte sintaticamente umas das outras. Já em

(116) a oração grifada é classificada como subordinada porque exerce função de sujeito da oração principal.

(115) A Grécia seduzia-o, mas Roma dominava-o (Cunha e Cintra, 2010, p. 610)

(116) É necessário *que venhas urgente*. (Cunha e Cintra, 2010, p. 610)

No entanto, a identificação das orações subordinadas causais e das orações coordenadas explicativas é realizada essencialmente a partir do nexos lógico-semântico existente entre as orações e exibido por suas conjunções, causa para as orações causais e explicação para as orações explicativas. Para autores tradicionais como Cunha e Cintra (2010) e Rocha Lima (1979), são explicativas as conjunções que ligam duas orações em que a segunda justifica a ideia contida na primeira: *que, pois, porque* e *porquanto*, como no exemplo (117), com a conjunção *porque*; e são causais as conjunções que iniciam uma oração que exprime a causa, o motivo, a razão do pensamento da oração principal: *porque, pois, porquanto, como [=porque], pois que, por isso que, já que, uma vez que, visto que, visto como, que*, como no exemplo (118), também com a conjunção *porque*.

(117) Vamos comer, porque estou com fome.

(118) Foi-se embora porque não podia pagar a pensão. (Rocha Lima, 1979, p. 162)

Bechara (2015), no entanto, não reconhece essa divisão entre subordinadas causais e coordenadas explicativas, mas sim divide as orações subordinadas adverbiais em dois grupos: (i) as subordinadas adverbiais propriamente ditas, porque exercem função de advérbio ou de locução adverbial e podem ser substituídas por um desses elementos, exercendo as mesmas funções de tempo, lugar, modo, causa, concessão, condição e fim; e (ii) as subordinadas comparativas e consecutivas. Para o autor, as adverbiais do primeiro grupo exercem papel de adjunto do núcleo verbal, justamente por exercerem função própria de advérbio e serem representadas por eles ou por locuções adverbiais, que são constituídas por substantivos ou por grupos nominais introduzidos por preposições (especialmente as que denotam causa, concessão, condição e fim), como em (119). Por isso, para Bechara,

Tais orações adverbiais, do ponto de vista constitucional, se assemelham às substantivas, já que se identificam com estas em funções adverbiais, como

ocorre com o substantivo transposto ao papel de advérbio mediante o concurso de preposição, como em saiu de noite. (Bechara, 2015, p. 489)

- (119) O advogado não o defendeu porque o réu só mentiu no depoimento.  
(Bechara, 2015, p. 490)

O segundo grupo de orações, as adverbiais comparativas e consecutivas, possuem maior similaridade com as adjetivas porque dependem de um antecedente e só mantêm relação direta com o núcleo verbal da oração junto com seu antecedente, com em (120).

- (120) Janete estuda mais que trabalha. (Bechara, 2015, p. 491)

Com relação às coordenadas, Bechara reconhece apenas três tipos: as aditivas, as alternativas e as adversativas. Aparentemente, então, para Bechara, as orações tradicionalmente consideradas coordenadas explicativas seriam mais bem analisadas como subordinadas.

As distinções observadas por Rocha Lima (1979) e Cunha e Cintra (2010) não são, no entanto, suficientes para diferenciar as causais como subordinadas das explicativas como coordenadas. Por um lado, as mesmas conjunções introduzem os dois tipos de orações, o que, além de dificultar a categorização, resulta em uma circularidade: a conjunção é causal ou explicativa porque introduz uma oração causal ou explicativa e a oração é causal ou explicativa porque é introduzida por uma conjunção causal ou explicativa; e, por outro lado, não é fácil decidir sobre o estatuto sintático dessas orações como adjunto ou como oração coordenada com base apenas no nexos lógico que une as orações. Talvez por isso Bechara (2010) inclua as estruturas classificadas como coordenadas explicativas no grupo das subordinadas adverbiais causais.

Said Ali (1966), em relação às orações coordenadas e suas subdivisões, afirma que, embora a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) chame de explicativa, “chama-se proposição causal a oração coordenativa que dá a razão de uma asserção, pedido, exortação ou desejo” (Said Ali, 1966, p.134). Essa oração é iniciada pelas conjunções *porque, porquanto, pois, por isso que* ou *que*, como em (121).

- (121) Não tens de que te queixar, pois fiz meu dever. (Said Ali, 1966, p. 134)

Segundo Said Ali, é a conjunção *porque* que serve geralmente para caracterizar uma proposição causal, podendo ser empregada às vezes a partícula *que*. A diferença entre orações coordenativas causais e orações subordinativas causais seria a pausa:

A causal subordinativa separa-se da oração principal por uma pausa muito fraca (que se representa, quando muito, por uma vírgula). A causal coordenativa separa-se da proposição anterior por uma pausa mais forte (que se figura por vírgula, ponto e vírgula e até por ponto final). (Said Ali, 1966, p. 147)

Outras conjunções causais listadas pelo autor são *como, já que, visto que, visto como, uma vez que, porquanto*. Em (122), em outra definição do nexos lógico causal, Said Ali afirma que a conjunção *que* tem como objetivo esclarecer ou dar a razão daquilo que se acaba de comunicar.

(122) Tenha paciência, *que* a sua petição não será despachada. (Said Ali, 1966, p. 147)

Em suma, dos autores mencionados, tanto Cunha e Cintra (2010) quanto Rocha Lima (1979) concordam com a NGB: orações coordenadas explicativas são assim classificadas por não pertencerem sintaticamente a outra oração e pelo nexos lógico-semântico existente entre as orações exibido por suas conjunções. São tidas como conjunções explicativas: *que, pois, porque e porquanto*, como em (123).

(123) Vamos comer, *pois* estou com fome.

Já orações subordinadas causais pertencem sintaticamente a outra oração, porque, segundo tais autores, fazem papel de adjunto adverbial da oração principal e contêm conjunções causais: *porque, pois, porquanto, como [=porque], pois que, por isso que, já que, uma vez que, visto que, visto como, que*, como em (124).

(124) Tenho continuado a fazer exercícios *porque* isso renova minhas energias.

Entretanto, Bechara (2015) e Said Ali (1966) possuem uma posição diferenciada. Para o primeiro autor, são três as relações semânticas que marcam a coordenação, de acordo com suas conjunções, que podem ser aditivas, adversativas, como em (125), ou alternativas (também chamadas de coordenativas canônicas). A relação de causa/explicação seria transmitida por orações adverbiais que exercem função própria de advérbio: “quando a subordinada exprime, a causa, o motivo, a razão do pensamento expresso na oração principal” (Bechara, 2015, p. 509). É

iniciada pelas conjunções *que, porque, como, visto que, visto como, já que, uma vez que, desde que*, como em (126).

(125) João veio visitar o primo, mas não o encontrou. (Bechara, 2015, p. 496)

(126) Saiu cedo porque precisou ir à cidade. (Bechara, 2015, p.509).

Said Ali (1966), por sua vez, reconhece a divisão sintática dessas orações entre coordenadas e subordinadas, mas as reúne sob a denominação de causais; assim haveria as coordenadas causais e as subordinadas causais. A diferença entre elas seria marcada pela prosódia: a subordinada causal separa-se da principal por pausa fraca, enquanto a coordenada causal possui pausa longa.

Em suma, não está claro porque as GT classificam as orações causais como subordinadas e as orações explicativas como coordenadas. Em outras palavras, por que uma oração que introduz uma causa, motivo, razão do pensamento da oração principal seria subordinada, enquanto uma oração que justifica a ideia contida na outra oração seria coordenada? Ou ainda, por que uma pausa fraca indicaria que a oração que segue é uma subordinada, ao passo que uma pausa forte indicaria que a oração que segue é uma coordenada? Ainda, não é suficiente assumir a posição de Bechara, que considera tanto causais quanto explicativas como orações subordinadas, pois esses dois tipos de oração apresentam comportamento diferente. Assim, se elas são de fato subordinadas, é necessário explicar essa diferença.

### 3.4.2 Estudos linguísticos

Da mesma forma que na discussão sobre coordenação vs. subordinação, iniciaremos esta seção pela apresentação das análises das gramáticas descritivas, examinando Castilho (2010) e Neves (2011)<sup>3</sup>. Em seguida, com base em Lobo (2003) e Matos (2003; 2004), aplicaremos os testes discutidos na seção 3.3 às orações causais e explicativas.

#### 3.4.2.1 Castilho (2010) e Neves (2011)

---

<sup>3</sup> A gramática de Perini (2013) não discute as orações subordinadas causais nem as orações coordenadas explicativas.

Para Castilho (2010), a subordinada causal é aquela sentença cujo conteúdo proposicional está associado a uma consequência ou a um efeito verbalizado na oração principal, como em (127a), que apresenta uma sentença completa de ordem não marcada, ou seja, a sentença matriz de consequência é seguida pela sentença subordinada de causa. *Porque* liga os dois conteúdos proposicionais da direita para a esquerda, ocorrendo a interpretação semântica de causa da segunda para a primeira sentença. Se comparada a sentença (127b), torna-se difícil aceitar que *rua molhada* seja a causa que tenha feito chover. Nesta sentença há uma relação de explicação e não de causa: a rua estar molhada explica o fato de ter chovido. Castilho não se pronuncia sobre o estatuto sintático de (127b); aparentemente, por ele considerar como coordenadas somente as aditivas e as adversativas, é possível inferir que, para o autor, as orações desse tipo seriam subordinadas adverbiais, mas explicativas.

- (127) a. A rua está molhada *porque* choveu. (Castilho, 2010, p. 348)  
 b. Choveu, *porque* a rua está molhada. (Idem)

Especificamente sobre as orações subordinadas adverbiais causais, sob uma perspectiva lógico-semântica, o autor afirma que podem ser caracterizadas como a junção entre um evento-causa e um evento-consequência ou evento-efeito. Sendo assim, a relação causal implica uma sequência temporal entre os eventos, ou seja, o segundo evento é previsível a partir do primeiro, ou tem nele sua razão, ou ainda há entre eles uma sucessão regular. Nas palavras de Castilho (2010, p. 374):

Nas construções causais se instaura um jogo entre fundo, ou parte recessiva do significado (o segmento causal), e a figura, ou parte dominante da construção (o segmento que representa o que foi 'causado'), partes que, afinal, se definem pelo seu valor informativo.

As subordinadas causais apresentam as conjunções *porque*, *desde que*, *como*, *que*, *já que*. *Porque* seria a conjunção prototípica de causalidade do PB, como se pode ver em (128):

- (128) Ficarei *porque* Maria vem. (Castilho, 2010, p. 371)

Para Neves (2011), as orações coordenadas são apenas as aditivas (marcadas principalmente pelas conjunções *e* e *nem*), as adversativas (marcadas principalmente pela conjunção *mas*) e as alternativas (marcadas principalmente pela conjunção *ou*). Para a autora, então, as chamadas orações coordenadas explicativas devem ser analisadas como subordinadas causais.

Segundo Neves, a relação causal pode se referir a: (i) a conexão causa-consequência ou causa-efeito entre dois eventos, em que essa relação se dá “entre predicções (estados das coisas), indicando ‘causa real’, ou ‘causa eficiente’ ou ‘causa efetiva’” (Neves, 2011, p. 804), como exemplificado em (129); (ii) relações marcadas por um conhecimento, julgamento ou crença do falante, ou seja, existentes no domínio epistêmico, e não apenas entre predicções, mas entre proposições (fatos possíveis), uma relação é conhecida como causa formal (130); (iii) relações entre o ato da fala e a expressão de causa que motivou esse ato linguístico, que pode ocorrer quando na oração principal ocorre um ato de fala descrito (131), interrogativo (132) ou ainda injuntivo (133). Os casos listados em (ii) e (iii) são considerados pela GT como coordenadas explicativas.

- (129) Tratava-me como criança. Uma vez me passou um pito *porque* joguei for o remédio. Outra vez se zangou *porque* me encontrou fora da cama. (Neves, 2011, p. 804)
- (130) A opção de usar frango para alimentação de peixes pode não ser boa porque há excesso de proteína na carne da ave. (Neves, 2011, p. 805)
- (131) Vou tirar umas férias porque estou cansadíssimo. (Idem)
- (132) Muito conveniente, não é? Porque aí saiu todo mundo, você ficou lá, sozinha com o retratista. (Idem)
- (133) Ande, que já tocou o primeiro sinal. (Idem)

Com relação às conjunções que marcam a relação causal, além de *porque* (134), a autora cita outras conjunções possíveis: *como* (135), *pois*, (136), *porquanto* (137) e *que* equivalendo a *porque* (138).

- (134) Trabalho aqui *porque quero*. (Neves, 2011, p. 801)
- (135) Dias chegava em casa, no bairro Boa Vista e, *como* a rua é estreita, dava marcha à ré no carro, um Volkswagen verde. (Neves, 2011, p. 802)
- (136) Essa liberação deve ser feita rapidamente *pois* a vespinha adulta tem apenas quarenta e oito horas de vida. (Idem)
- (137) V. Exa., inclusive, está tendo prejuízo em vir para cá, *porquanto* é um empresário de amplas atividades no Amazonas. (Idem)
- (138) Sabia que o endereço, *que* ele jamais esquece essas coisas. (Idem)

Existem também algumas conjunções causais que são compostas, isto é, constituem o que tradicionalmente se denomina de locuções conjuntivas, que

normalmente têm o elemento *que* no final. Elas envolvem (i) um elemento temporal ou um particípio passado, como *em já que* (139), *uma vez que* (140), *dado que* (141), *desde que* (142), muitas vezes relacionado com ideia temporal ou condicional; *visto que* (143), *visto como* (144); (ii) uma conjunção, como em *pois que* (145); (iii) um elemento de intensificação como em *tanto mais que* (146); e (iv) uma preposição seguida de um nome ou um pronome como em *por causa que* (147) e *por isso que* (148).

- (139) Nem sabia se iria votar nele, *já que* a candidatura dele me pareceu sempre uma grande enganação. (Neves, 2011, p. 802)
- (140) Nada pude dizer quanto às ameaças de crescimento desigual, *uma vez que* não havia acompanhado o rapaz desde a idade de oito ou dez anos. (Idem)
- (141) *Dado que* boa parte das detentas tem relacionamentos com homens também presos, criou-se uma mecânica de viabilização desses encontros interprisionais. (Idem)
- (142) *Desde que* ele está sujeito a ser consultado sobre todo e qualquer assunto, deve ter uma base sólida de conhecimento em geral. (Neves, 2011, p. 803)
- (143) A medição da eletricidade é vital para a engenharia elétrica *visto que* devemos saber o que acontece em um sistema elétrico. (Idem)
- (144) Essa diminuição de despesas é estática, isto é, dificilmente ela se acentuará mais, *visto como*, para que isso acontecesse, necessário seria uma ampliação da capacidade de cada refinaria. (Idem)
- (145) É obra de preço incalculável, mas só custou a ideia e a execução, *pois que* em tudo a fé e a natureza obraram com união. (Idem)
- (146) Mas, quanto à rainha D. Amélia, achei que seria mais educado ir visitá-la pessoalmente, *tanto mais que* residia ela pertinho da rua Lubeck, à rua de Longchamps, perto da avenida Kleber. (Idem)
- (147) Demorei a vir, mas foi *por causa que* não queria chegar aqui com as mãos abanando. (Idem)
- (148) É um conceito generalizado *por isso que* na vida atual os problemas sociais encerram tal complexidade que não é possível desprezar a colaboração prestimosa dos técnicos. (Idem)

Em relação à ordem nas construções causais, Neves (2011, p. 808) afirma que “a distribuição da informação é bastante ligada à ordem das palavras, e, no caso das construções causais, levados em conta todos os tipos de conectivos, essa questão é complexa”. As causais com *porque* são normalmente pospostas, e isso confere às causais um valor informacional ligado à informação nova. As orações causais com *porque* antepostas geralmente são marcados pela focalização por correlação (149) ou por clivagem (150).

- (149) Ou *porque* sentisse necessidade de primeiro, tomar um pouco de ar, ou *porque* o seduzisse a calçada larga e bem arborizada da Alameda Ibiruna, pôs-se a caminhar a passos lentos. (Neves, 2011, p. 808)
- (150) Foi *porque* éramos tecnologicamente adiantados que aprendemos a ganhar terra ao mar. (Idem)

A maior parte das outras conjunções ou locuções conjuntivas causais iniciam orações causais pospostas: *pois* (151), *que* (152), *pois que* (153), *tanto mais que* (154), *por causa que* (155) e *por isso que* (156). Iniciam orações causais tanto pospostas quanto antepostas as conjunções *porquanto*, *já que*, *uma vez que*, *desde que*, *dado que*, *visto que*, *visto como*.

- (151) Eu estava no quarto, mas não dei o tiro, *pois* minha missão era amarrar o homem. (Neves, 2011, p. 809)
- (152) Mata! Mata o cachorro! Mata *que* ele está doido! (Idem)
- (153) Não sei dizer se do almoço ou do jantar, *pois que* o dia estava muito escuro. (Idem)
- (154) Isso surpreende... *tanto mais que* um compromisso de casamento é mais fácil e custa menos em Hollywood. (Idem)
- (155) Disso o nome para minha tia *por causa que* ela é uma chata. (Idem)
- (156) Leo pagaria uma cerveja, *por isso que* descobrira no funcho dum bolso o suficiente para custear uma cerveja. (Idem)

Resumindo, para Castilho (2010) e Neves (2011), as orações causais e explicativas seriam adverbiais. Neves propõe diferentes possibilidades de modificação para essas adverbiais: (i) modificação da predicação (as tradicionais subordinadas adverbiais causais); (ii) modificação da proposição ou do ato de fala (as tradicionais coordenadas explicativas). Assim, Neves estabelece uma distinção semântico-pragmáticas para as orações adverbiais que envolvem causa e explicação, mas não

propõe explicitamente nenhuma diferenciação sintática entre elas em termos de posição de adjunção. Neves traz também uma extensa lista de conjunções que marcam essas relações. Já Castilho não se pronuncia sobre as diferenças entre causais e explicativas.

#### 3.4.2.2 Estudos gerativos: Causais vs. Explicativas

Como foi exposto até aqui, a divisão entre estruturas causais como subordinadas e de estruturas explicativas como coordenadas não é tão simples quanto apresentada nas GT. Alguns conectores que exprimem causa também são apresentados exprimindo explicação, e não são apresentados critérios formais para essa distinção.

Isso leva, então, aos seguintes questionamentos:

- (i) Há no português evidências que indiquem a existência de estruturas causais que não são estruturas de subordinação?
- (ii) Há no português evidências que indiquem a existência de estruturas explicativas que não são estruturas de coordenação?
- (iii) Um conector pode ser tanto explicativo quanto causal?
- (iv) O que difere um conector explicativo de conector causal?

Com o objetivo de responder à essas questões, vamos aplicar os testes discutidos na seção 3.3 às estruturas causais e explicativas com os seus respectivos conetivos, a fim de poder analisar e definir se seus comportamentos apresentam características de um ou de outro grupo. Dado que o tratamento tradicional para dar conta da oposição entre oração causal e oração explicativa em termos do seu estatuto sintático como subordinadas ou coordenadas é insuficiente, vamos nos referir a essas orações apenas como causais e explicativas. Utilizamos como critério para essa distinção as diferentes leituras que essas orações apresentam, já apontadas nos estudos tradicionais e melhor explicitadas nos estudos atuais, como em Neves (2011): as causais são interpretadas como a causa de um evento ou situação expressos na oração matriz, a causa 'real', como no exemplo (157), enquanto as explicativas são aquelas interpretadas (i) como evidência para confirmação da verdade de uma

afirmação realizada na matriz, uma relação entre proposições, como em (158a), ou (ii) como justificativa de um ato de fala, como em (158b).

(157) Eles compraram um carro porque têm dinheiro.

- (158) a. A Maria está em casa, porque o carro está na garagem.  
b. Vamos deitar, porque preciso acordar cedo.

A discussão que segue tem como base Lobo (2003) e Matos (2003; 2004) que também utilizaram esses testes para diferenciar as orações causais das explicativas do português europeu.

Cada teste será primeiramente aplicado às orações causais e explicativas introduzidas por *porque*. Em seguida, examinaremos as orações introduzidas por *pois* e *que*. A conjunção *pois* é listada como explicativa e como causal, já a conjunção *que* é listada apenas como explicativa. Esta dissertação não se ocupará do estudo das outras conjunções/conectivos causais, como os listados nas GTs e em Neves (2011) (*como, desde que, já que, visto que, dado que, etc.*). Optou-se pelo exame das orações introduzidas por *porque* devido ao seu estatuto de conjunção causal prototípica, que pode ser tanto causal como explicativa (Neves *et al.* 2008). Já as orações introduzidas por *pois* e *que*, apesar de não serem prototípicas como *porque*, tem um comportamento distinto, que merece ser apontado, para que se possa constatar a não homogeneidade das construções causais e explicativas. Por isso apresentamos os testes separadamente.

#### 3.4.2.2.1 A conjunção *porque*

a) Anteposição: o teste da anteposição consiste em deslocar a oração subordinada ou coordenada para a posição inicial da sentença, verificando, assim, sua aceitabilidade. Como visto anteriormente, as estruturas típicas de subordinação permitem a anteposição, entretanto as estruturas típicas de coordenação não permitem. Porém, quando esse teste é aplicado às causais (159) e às explicativas (160), é possível verificar que tanto uma quanto outra permitem anteposição.

(159) a. Eles compraram o carro porque têm dinheiro.

- b. Porque têm dinheiro, eles compraram o carro.

- (160) a. Vamos deitar porque preciso acordar cedo.  
b. Porque preciso acordar cedo, vamos deitar.

b) Coordenação: o teste da coordenação fundamenta-se em coordenar orações, ou seja, coordenar orações subordinadas com outras orações subordinadas e coordenar orações coordenadas com outras orações coordenadas. Como apresentado antes (em 3.3.3), essa coordenação é possível com orações subordinadas, mas não com orações coordenadas. No entanto, ao serem aplicados às causais (161) e às explicativas (162), os testes mostram sentenças aceitáveis em ambos os casos.

- (161) a. Eles compraram o carro *porque têm dinheiro*.  
b. Eles compraram o carro *porque têm dinheiro e porque querem*.

- (162) a. Vamos deitar *porque preciso acordar cedo*.  
b. Vamos deitar porque *preciso acordar cedo e porque já está tarde*.

c) Junção de constituintes não oracionais: este teste consiste em observar o comportamento das conjunções, partindo da constatação de que as conjunções coordenativas, ao contrário das subordinativas, podem coordenar tanto orações quanto constituintes menores do que a oração. Os exemplos em (163) mostram que a conjunção *porque*, tanto em orações causais quanto explicativas, não é capaz de conectar constituintes não oracionais.

- (163) a. \*Maria está cansada porque doente.  
b. \*Maria está em casa, porque com a luz acesa.

d) Extração: a extração é impossível quando ocorre a partir de apenas um dos termos coordenados, mas, em uma estrutura subordinada, é permitida a partir da matriz. Os exemplos em (164) mostram que esse tipo de extração pode ocorrer tanto no caso das causais (164a), quanto no caso das explicativas (164b).

- (164) a. O que eles compraram \_\_\_\_ porque têm dinheiro?  
b. Quando vamos embora \_\_\_\_ porque estou cansado?<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> O exemplo em (164b) possui, na verdade, uma entonação diferente da que é sugerida pelo ponto de interrogação no final da sentença, que poderia ser melhor explicitada como em (i). A oração explicativa em (164b) expõe a razão para um ato de fala; no caso da sentença em (i), esse ato de fala corresponde à pergunta. Esse

e) Elipse: o fenômeno de elipse conhecido como Elipse Lacunar, só aparece no contexto de orações coordenadas. Nem as orações causais (165a), nem as explicativas (165b-c) permitem a Elipse Lacunar (comparar com (111)).

- (165) a. \*Eles compraram um carro porque nós \_\_\_ uma bicicleta.  
 b. \*A Maria está em casa, porque o carro \_\_\_ na garagem.  
 c. \*Vamos deitar cedo, porque eles \_\_\_ tarde.

f) Sensibilidade da conjunção a contextos finitos e não finitos: as conjunções coordenativas não são sensíveis à natureza finita ou infinitiva das orações que introduzem. Em (166)-(167), é possível observar que, tanto nas orações causais quanto nas explicativas, a conjunção apresenta sensibilidade a esses contextos (comparar com (113)).

- (166) a. Eles disseram que compraram o carro porque tinham dinheiro.  
 b. \*Eles disseram ter comprado o carro porque ter dinheiro.

- (167) a. A Maria está em casa, porque o carro está na garagem.  
 b. \*A Maria decidiu ficar em casa, porque o carro estar na garagem.

Esses testes mostram que as orações iniciadas por *porque*, sejam causais ou explicativas, se comportam de modo semelhante, ambas apresentando propriedades de orações subordinadas, e não de orações coordenadas.

#### 3.4.2.2.2 As conjunções *que* e *pois*

A conjunção *que* em português brasileiro só introduz orações explicativas (168a), e não orações causais (168b). Além disso, aparentemente, a conjunção *que* não introduz explicativas que servem como evidência para uma afirmação (168c), mas apenas explicativas que justificam um ato de fala como em (168a).

- (168) a. Vamos deitar, que é preciso acordar cedo.

---

comportamento é distinto do comportamento da oração causal em (164a), mas também é distinto do comportamento das coordenadas (ii).

- (i) Quando vamos embora \_\_\_? Porque estou cansado.  
 (ii) \*Que livro a Joana comprou \_\_\_? Mas deu um chocolate pra Ana.

- b. \*Eles compraram um carro que tem dinheiro.
- c. \*Maria está em casa, que o carro está na garagem.

Em (169a) verifica-se que o teste da anteposição resulta em uma sentença inaceitável. O mesmo ocorre em (169b), com o teste da coordenação: a junção de mais uma oração iniciada pela conjunção *que* torna a sentença inaceitável. O exemplo em (169c) mostra que a conjunção *que* não é capaz de combinar elementos não oracionais; (169d) mostra que a extração a partir da primeira oração é possível; já (169e) mostra a impossibilidade da elipse lacunar, e (169f) mostra a sensibilidade da conjunção *que* a um contexto infinitivo.

- (169) a. \*Que é preciso acordar cedo, vamos deitar.
- b. \*Vamos deitar, *que é preciso acordar cedo e que estamos cansados*.
- c. \*Fique deitado, que doente. (cf. *Fique deitado, mas acordado*)
- d. Quando vamos embora \_\_\_ que estou cansado?<sup>5</sup>
- e. \*Vamos deitar cedo, que vocês \_\_\_ tarde.
- f. \*Vamos deitar, que ter que acordar cedo.

A conjunção *pois*, ao contrário da conjunção *que*, pode introduzir tanto uma oração explicativa (170a), quanto uma causal (170b).

- (170) a. Não haverá votação, pois estamos todos de acordo. (Lobo, 2003, p. 48)
- b. A criança estava chorando, pois tinha levado uma bronca da mãe.

Essas orações não aceitam a anteposição (171a e 172a), nem a coordenação (171b e 172b). O exemplo em (171c) e (172c) mostram que a conjunção *pois* não é capaz de combinar elementos não oracionais; (171d) e (172d) mostram que a extração a partir da primeira oração é possível; já (171e) e (172e) mostram a impossibilidade da elipse lacunar, e (171f) e (172f) mostram a sensibilidade da conjunção *pois* a um contexto infinitivo.

- (171) a. \* *Pois estamos todos de acordo*, não haverá votação. (Idem)

---

<sup>5</sup> Ver nota 4.

- b. \* Não haverá votação, *pois estamos todos de acordo e pois não será necessário.* (Idem)
- c. \* João está doente, pois deitado até agora. (cf. *João estava deitado, mas acordado*)
- d. Quando vamos embora \_\_\_\_ pois estou cansado?
- e. \*Vamos deitar cedo, pois vocês \_\_\_\_ tarde.
- f. \*Vamos deitar, pois ter que acordar cedo.
- (172) a. \**Pois tinha levado uma bronca da mãe*, a criança estava chorando.
- b. \* A criança estava chorando, *pois tinha levado uma bronca da mãe e pois queria um brinquedo novo.*
- c. \*João está deitado, pois doente.
- d. O que eles compraram \_\_\_\_ pois têm dinheiro?
- e. \*Eles compraram um carro pois nós \_\_\_\_ uma bicicleta.
- f. \*Eles disseram ter comprado o carro pois ter dinheiro.

Resumido, as orações explicativas iniciadas por *porque* se comportam de modo semelhante às orações causais iniciadas por *porque* com relação aos testes que distinguem subordinação de coordenação. Os resultados apontam para um comportamento semelhante ao das orações subordinadas. Ou seja, os testes apontam para a confirmação das orações causais introduzidas por *porque* como subordinadas e levantam dúvidas quanto ao estatuto de coordenadas das orações explicativas, sugerindo que elas seriam melhor analisadas como subordinadas. Já as orações introduzidas pelas conjunções *que* e *pois* apresentam comportamento híbrido. Com relação aos testes de anteposição e de coordenação, se comportam como coordenadas, mas com relação aos outros testes se comportam como subordinadas.

No quadro 2, estão resumidos os resultados obtidos nos testes acima para as orações subordinadas e coordenadas e para as orações explicativas e causais introduzidas pelas diferentes conjunções.

Orações/Testes	Anteposição	Coordenação	Junção de itens não oracionais	Extração	Elipse	Sensibilidade a contextos infinitivos
Subordinadas	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Coordenadas	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
QUE (explicativa)	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
POIS (explicativa e causal)	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
PORQUE (explicativa e causal)	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim

Quadro 2: comparação entre as propriedades das conjunções *que*, *pois* e *porque* perante os testes.

As orações adverbiais finitas do PB são sempre introduzidas por conectores, que determinam em grande parte o valor semântico associado a cada estrutura. A presença de conectores nessas estruturas é um aspecto que não pode ser ignorado. Assim, as características híbridas das orações introduzidas por *que* e *pois* apontam para uma necessidade da realização de estudos mais aprofundados para decidir sobre seu estatuto sintático.

Matos (2006), por exemplo, assume que *pois* ainda pode ser considerada como conjunção subordinativa, por compartilhar outras propriedades com esse tipo de conjunção, e sugere que essa conjunção está passando por um processo de gramaticalização, assumindo que conjunções de coordenação seriam mais gramaticalizadas que conjunções de subordinação. Essa autora considera que as orações explicativas são orações subordinadas, e não coordenadas.

Já Lobo (2003), com base nos mesmos testes, analisa as explicativas como coordenadas, inclusive as orações explicativas introduzidas por *porque*. Para Lobo, as orações explicativas com *porque*, da mesma forma que as explicativas com *pois* e *que*, também não poderiam ocorrer em posição inicial e resistiriam à coordenação; logo, de seu ponto de vista, (160b) e (162b) seriam inaceitáveis. Para explicar a impossibilidade desses conectores explicativos coordenarem constituintes não oracionais, uma propriedade que os aproximaria dos conectores subordinativos, Lobo sugere que haveria conectores coordenativos mais seletivos que outros. Ou seja, para

Lobo, a propriedade de ligar ou não constituintes não oracionais não seria uma propriedade distintiva entre subordinação e coordenação.

Considerando o que foi exposto sobre as orações introduzidas por *pois* e *que*, não continuaremos a investigação dessas orações no quadro desta dissertação, deixando esta questão para estudos futuros. Reafirmamos que estudos futuros também devem se ocupar das outras conjunções causais e explicativas. No próximo capítulo, discutiremos as orações causais e explicativas analisadas como orações subordinadas. Como mencionado acima, essa análise é assumida por Matos (2006), e, em certa medida, também por Castilho (2010) e Neves (2011).

#### 4. Orações Causais e Explicativas com *porque* são subordinadas

Este capítulo tratará exclusivamente de orações iniciadas pelo conector *porque*, que pode ser tanto explicativo quanto causal. Como visto no capítulo anterior, as orações explicativas com *porque*, tradicionalmente tratadas como coordenadas, têm o mesmo comportamento sintático que as orações causais com *porque*, tradicionalmente tratadas como subordinadas, com relação aos testes para distinção entre coordenação e subordinação. A hipótese levantada seria então a de que orações explicativas seriam orações subordinadas adverbiais, como as orações causais, exercendo na matriz a função de adjunto. Esses dois tipos de orações, no entanto, possuem características diferentes, que devem ser discutidas.

De acordo com Lobo (2003), as orações adverbiais podem ser classificadas, conforme sua posição sintática, em orações de predicado (integradas ou não periféricas), e orações de sentença (periféricas), uma distinção que corresponde à distinção usualmente aceita para os advérbios. Castilho et al. (2008), por exemplo, explicam que os advérbios podem tomar por escopo um constituinte sentencial (advérbios de constituinte), como em (173a), ou toda uma sentença (advérbios de sentença), como em (173b).

- (173) a. Ele falou francamente de seu problema. (Castilho et al (2008), p. 407)  
 b. Francamente, não consigo entender aonde você quer chegar. (idem)

Haegeman (2004), com base nos dados do inglês, também distingue dois tipos de orações adverbiais, que ela denomina centrais e periféricas. As orações adverbiais centrais modificariam as proposições expressas pela oração com a qual estão relacionadas, e as orações adverbiais periféricas expressariam proposições que fariam parte do contexto discursivo para a proposição expressa na matriz.

Esses dois tipos de adverbiais podem ser distinguidos conforme seu comportamento com relação a algumas construções sintáticas. De acordo com Lobo (2003), a possibilidade de a oração recair sob o escopo da negação e de operadores de foco, de poder aparecer como resposta a uma interrogativa QU- e de permitir a formação de interrogativas alternativas e de negativas alternativas indicaria que esta oração seria uma adverbial de predicado, ou integrada; caso contrário, a oração seria uma adverbial de sentença, ou periférica.

Matos (2006), a partir de Lobo (2003), discute essas propriedades para diferenciar as orações causais das orações explicativas. Verificaremos abaixo como elas se aplicam no caso das orações causais e explicativas introduzidas por *porque*. Veremos que as explicativas teriam um estatuto mais periférico se comparadas com as causais e discutiremos como essa diferença está relacionada com a estrutura das sentenças.

#### 4.1 Diferenças entre causais e explicativas

##### 4.1.1 O escopo da negação

A negação oracional só pode afetar constituintes que estejam sob seu escopo. De acordo com vários estudos gerativistas, a negação corresponde a um núcleo funcional (Neg) que ocupa uma posição mais alta do que o predicado (VP) e mais baixa do que o núcleo funcional complementizador (C) (cf. Mito, 1992 e Vitral, 1999 para o PB). É geralmente aceito na literatura que a negação só pode ter escopo sobre constituintes que possa c-comandar; sendo assim, constituintes que se encontram adjungidos em posições funcionais mais altas que Neg na estrutura da sentença não podem estar sob o escopo de negação. Em (174a) verifica-se que as causais podem ou não estar no escopo de negação da oração a que se conectam, possuindo assim duas interpretações. Em (174b), temos a paráfrase de (174a) na interpretação em que a causal está no escopo da negação, e em (174c) temos a paráfrase de (174a) na interpretação em que a causal está fora do escopo da negação. Já em (175a) a explicativa não está no escopo de negação da oração a que se conecta. Assim, (175a) não pode ser parafraseada por (175b), somente por (175c).

- (174) a. Maria não conseguiu o emprego porque é amiga do chefe.  
 b. Maria conseguiu o emprego, mas não porque é amiga do chefe. (Ela conseguiu o emprego porque é competente).  
 c. Maria não conseguiu o emprego, e isto porque é amiga do chefe.
- (175) a. Maria não saiu porque o carro está na garagem.

b. \*Maria saiu, mas não porque o carro está na garagem, ela saiu porque a bicicleta está na garagem.

c. Maria não saiu, e a justificativa para essa afirmação é a constatação de que o carro está na garagem.

Assim, o fato de um constituinte não aparecer sob o escopo da negação pode indicar que a posição estrutural que este ocupa está fora do domínio de c-comando da negação. As orações causais ocupariam então uma posição dentro do domínio de c-comando da negação, enquanto as orações explicativas ocupariam uma posição fora desse domínio.

#### 4.1.2 O escopo dos operadores de foco

No PB existem algumas palavras que são consideradas partículas focalizadoras ou operadores de foco. São elas os advérbios *só*, *até*, *mesmo*. Baseando-se na ideia de que escopo é uma relação estrutural de c-comando, esses operadores incidem sobre o seu foco e têm escopo sobre um constituinte maior, como VP (Lobo, 2003, p. 169). Além disso, tais operadores podem se associar a elementos que não são adjacentes, (assim como a negação vista anteriormente), podendo a sentença se tornar ambígua entre todo o predicado corresponder ao foco ou apenas um constituinte do predicado corresponder ao foco, como em (176) e (177).

(176) O Zé comeu [só um bolo]. (Lobo, 2003, p. 170)

(177) O Zé só comeu um bolo. (idem)

a. O Zé comeu um bolo e não fez mais nada.

b. O Zé comeu um bolo apenas, e não comeu mais nada.

Sendo assim, um operador de foco ocupa uma categoria funcional acima de VP, de onde tem escopo sobre constituintes que c-comanda. Para este estudo, isso significa que as orações que se encontrarem no escopo de um operador de foco devem estar na área de c-comando desse operador; enquanto as orações que se encontrarem fora do escopo do operador de foco devem estar fora da área de c-comando desse operador. Em outras palavras, assumindo-se que esses elementos têm escopo sobre os elementos que c-comandam, então, o fato de um constituinte

não poder ser interpretado como estando sob o escopo desses operadores de foco pode indicar que ele não se encontra sob seu domínio de c-comando, estando estruturalmente numa posição periférica (Lobo, 2003, p. 172).

Os exemplos (178) e (179) mostram que as causais estão no escopo de operadores de foco como *só* (valor focalizador restritivo) ou *até* (valor focalizador inclusivo) da oração a que se conectam ((178a')-(179a')), enquanto as explicativas estão fora do escopo desses operadores ((178b')-(179b')). Dessa forma, as explicativas seriam geradas acima do núcleo funcional focalizador, ao contrário do que acontece com as causais, que seriam geradas abaixo do núcleo funcional focalizador.

- (178) a. O Zé *só* faltou a aula porque estava doente. (Lobo, 2009)  
 a'. O Zé faltou a aula *só* porque estava doente.  
 b. A Maria *só* está em casa porque a luz está acesa.  
 b' \*A Maria está em casa *só* porque a luz está acesa.
- (179) a. O João *até* me telefonou porque ficou preocupado.  
 a'. O João me telefonou *até* porque ficou preocupado.  
 b. (?)A Maria *até* está em casa porque a luz está acesa.  
 b'.\*A Maria está em casa *até* porque a luz está acesa

#### 4.1.3 Respostas às interrogativas QU-

O teste das respostas às interrogativas QU- permite identificar constituintes que, do ponto de vista estrutural, correspondem a focos, já que constituem o elemento novo. Além disso, possibilitam estabelecer um contraste com um conjunto alternativo de respostas possíveis. Em (180), pode-se notar que as causais podem ocorrer como resposta a uma interrogativa QU-, mas em (181) nota-se que as explicativas não podem funcionar como respostas às interrogativas QU- e continuar com a interpretação de explicação; a interpretação mais saliente para a resposta em (181) seria a de causa.

- (180) Por que a Maria conseguiu o emprego?  
*Porque é cunhada do chefe.*
- (181) Por que a Maria saiu?

# *Porque o carro não está na garagem.*

Isso mostra que talvez a estrutura das respostas a interrogativas QU- não permita que nelas ocorram determinados constituintes, como os mais periféricos estruturalmente, o que leva a pensar que, para que um constituinte esteja sob o domínio de um operador QU-, ele tenha que ser c-comandado por esse operador. Além disso, os operadores QU- estão sempre ligados a uma variável que se encontra numa posição interna ao domínio (como a IP). Então, caso o constituinte seja projetado numa posição externa a esse domínio, a relação entre eles não se estabelece (Lobo, 2003, p. 173). Dessa forma, as causais estariam no domínio do operador QU-, mas as explicativas estariam fora desse domínio.

#### 4.1.4 Interrogativas alternativas e negativas alternativas

As interrogativas alternativas estão relacionadas à negação de foco e as negativas alternativas, por sua vez, estão ligadas às interrogativas QU-, e ambos os casos envolvem focalização e são estratégias para alinhar constituintes. As interrogativas alternativas, ao mesmo tempo que afirmam que um determinado constituinte não pode fixar o valor de uma variável, também mostram um constituinte alternativo que fixa o valor dessa variável. Em (182a) e (182b) pode-se observar que as causais admitem interrogativas alternativas e negativas alternativas, já em (183a) e (183b) nota-se que as explicativas não admitem interrogativas alternativas nem negativas alternativas. Esses testes corroboram os testes anteriores e indicam que as orações causais aparecem no domínio de c-comando da negação e de um operador de foco, enquanto as orações explicativas estariam fora do domínio de c-comando desses operadores.

- (182) a. A Maria conseguiu o emprego porque é cunhada do chefe ou porque é competente?  
 b. A Maria não conseguiu o emprego *porque é cunhada do chefe mas porque é competente.*
- (183) a. \*A Maria saiu porque o carro não tá na garagem ou porque a luz tá apagada?

b. \* A Maria saiu não *porque o carro não tá na garagem mas porque a luz tá apagada.*

#### 4.1.5 Estrutura prosódica

Como visto na seção 3.4.1 Said Ali (1966) já apontava para uma diferença prosódica entre as orações causais e as orações explicativas<sup>6</sup>, afirmando que a causal subordinativa (causal) é separada da principal por uma pausa fraca, ao passo que a causal coordenativa (explicativa) é separada da proposição anterior por uma pausa mais forte. Para Lobo (2003), não é obrigatório haver quebra entoacional no caso das adverbiais não periféricas em posição final, o que sugeriria que essas adverbiais ocupam uma posição mais integrada na estrutura. Já no caso das orações adverbiais periféricas, a quebra entoacional é obrigatória. Dessa forma, as orações causais seriam mais integradas e as explicativas, mais periféricas.

A seguir, encontram-se o quadro 3, que resume os aspectos sobre orações causais e orações explicativas discutidos nesta seção; na próxima seção discute-se a conclusão sobre a interpretação de tais dados.

Propriedades	Orações Causais	Orações Explicativas
Escopo de negação	Sim ou Não (diferentes interpretações)	Não
Escopo de operadores de foco	Sim	Não
Respostas às interrogativas QU-	Sim	Não

<sup>6</sup> Lembramos que Said Ali (1966) não assume o termo “explicativa” para designar as orações coordenadas, chamando de “causais” tanto o que é denominado, na GT, de subordinada causal quanto o que é denominado de coordenada explicativa.

Interrogativas Alternativas e das Negativas Alternativas	Sim	Não
Quebra entoacional	Não	Sim

Quadro 3: resultados dos testes com orações causais e orações explicativas.

#### 4.2 Estruturas associadas às orações causais e explicativas

Os testes apresentados na seção anterior sugerem que existem duas possibilidades para adjunção de orações em períodos compostos por subordinação: internos ou externos a IP. Se considerarmos que a negação e os operadores de foco projetam suas próprias categorias funcionais entre VP e IP, aquilo que recai sob o escopo dos operadores estaria no seu domínio de c-comando, logo, VP; já o que recai fora do escopo dos operadores estaria fora de seu domínio de c-comando, logo IP ou projeções acima de IP.

##### 4.2.1 As Causais são adjungidas a VP

Os testes nos levam a concluir então que as orações causais podem ser analisadas como internas à IP, ou seja, seriam projetadas em VP. Como essas orações podem aparecer sob escopo da negação e estão sujeitas à focalização, pode-se inferir que ocupam posições mais baixas, mais encaixadas em relação à estrutura da sentença, já que teriam que estar no domínio de c-comando desses operadores, que ocupariam o núcleo de uma projeção funcional entre VP e IP.

Lobo (2003) ainda cita um outro tipo de evidência para a hipótese de que as orações integradas são adjungidas a VP: a possibilidade de dependências referenciais entre os sujeitos. Para a autora “um sujeito DP pleno de uma oração não periférica à direta não pode ser correferente com um sujeito pronominal na oração matriz” (Lobo, 2003, p. 194), como em (184). Assumindo que se trata de um caso de violação do princípio C da teoria da ligação, a oração subordinada em (184a) deve ser c-comandada pelo sujeito da matriz.

- (184) a. \*[-]i abriu a janela quando o Zéi entrou (Lobo, 2003, p. 194)  
 b. Quando o Zéi entrou, [ \_ ]i abriu a janela.

No caso das orações causais, é possível verificar que a mesma violação está presente, como em (185).

- (185) \*Elei foi dormir porque o Joãoi estava cansado.

Resumindo, as orações causais parecem ocupar posições mais baixas, em VP, já que estão sob o domínio do c-comando do sujeito matriz, da negação e de operadores de foco.

#### 4.2.2 As Explicativas são adjungidas acima de IP

Ainda levando em conta os testes realizados em 4.1, pode-se considerar a possibilidade de as orações explicativas serem externas a IP, já que essas orações não podem ser focalizadas nem aparecem no escopo da negação da oração a que se conectam. Quando se considera a possibilidade de dependência referencial entre os sujeitos, como em (186), constata-se que não há violação do princípio C, o que indicaria que a oração explicativa não seria c-comandada pelo sujeito da matriz.

- (186) Elei deve ter saído correndo, porque o Joãoi nunca deixa o portão aberto.

Assim, as orações explicativas parecem ocupar posições mais altas, acima de IP, já que não estão sob o domínio do c-comando do sujeito matriz, da negação e de operadores de foco. Considerando-se que haveria dois tipos de explicativas, as que justificam uma proposição e as que justificam um ato de fala, é possível hipotetizar que as explicativas que justificam uma proposição estejam adjungidas no domínio de IP, que é a camada gramatical da estrutura, enquanto a explicativa que modifica um ato de fala estaria adjungida a CP, que é a camada de interface com a pragmática.

## 5. As orações explicativas como Coordenadas

Colaço e Matos (2016), propõem uma investigação sobre as orações iniciadas por *pois*, *que* e *porque*, como (187), (188) e (189). As autoras reconhecem que não há um consenso sobre a classificação de orações desses tipos, que elas denominam explicativas.

- (187) Os alunos regressaram de férias, pois as praias estão quase desertas. (Colaço e Matos, 2016, p. 233)
- (188) A Maria deve estar doente, que ainda não apareceu nas aulas. (Idem)
- (189) A Maria está triste, porque está muito calada. (Idem)

As autoras defendem que essas orações, mesmo apresentando propriedades morfossintáticas da subordinação no domínio oracional, estabelecem com a oração a que estão associadas um nexos paratático, devendo ser analisadas como uma instância de coordenação especificante.

Para melhor caracterizar as orações explicativas, as autoras realizam uma comparação com as causais em termos semânticos e pragmáticos. As causais expressam causalidade relativamente à predicação contida num enunciado, já as explicativas explicitam justificação sobre uma enunciação. Os exemplos em (187), (188) e (189) seriam, de acordo com essa definição, orações explicativas e os exemplos (190), (191) e (192) seriam orações causais.

- (190) A Maria está aflita pois tem uma dor de dentes. (Colaço e Matos, 2016, p. 235)
- (191) Hoje está mais frio, que a temperatura baixou muito. (Idem)
- (192) A Maria atrasou-se porque o despertador não tocou. (Idem)

As sentenças explicativas em (187), (188) e (189), podem ser parafraseadas como (193), (194) e (195), as quais expressam o motivo da enunciação da oração relacionada. Enquanto as sentenças causais em (190), (191) e (192) podem ser interpretadas como (196), (197) e (198) admitindo paráfrases nas quais o conteúdo da oração causal é explicitamente apresentado como a causa da situação reportada pela oração a que está associada.

- (193) Os alunos regressaram de férias. Digo isto por as praias estarem quase desertas. (Colaço e Matos, 2016, p. 235)
- (194) A Maria deve estar doente. Digo isto porque ainda não apareceu nas aulas. (Idem)
- (195) A Maria está triste. Digo isto porque está muito calada. (Idem)
- (196) A Maria está aflita. Isto acontece por causa de ela ter uma dor de dentes. (Idem)
- (197) Hoje está mais frio. Isto acontece por causa de a temperatura ter baixado muito. (Idem)
- (198) A Maria atrasou-se. Isto aconteceu por causa de o despertador não ter tocado. (Idem)

As autoras mencionam que, na diferenciação entre orações causais e explicativas, têm sido considerados na literatura a maior ou menor integração estrutural e semântica dessas orações nas sentenças. As orações causais são consideradas como orações subordinadas adverbiais integradas no predicado da oração subordinante, funcionando como adjuntos causais, enquanto as orações explicativas são analisadas como orações que estabelecem uma relação de parataxe com a oração correlacionada, identificada como coordenação na GT.

Sendo assim, o conector *porque* pode aparecer tanto em orações explicativas quanto em orações causais, suas ocorrências sendo diferenciadas não só pelo valor semântico, como também pelo comportamento sintático de acordo com o nível de integração na oração relacionada, conforme exemplos vistos anteriormente.

As autoras assumem que as partículas explicativas *pois*, *que* e *porque* apresentam um estatuto de conjunções subordinativas<sup>7</sup>, apesar de manifestarem alguns comportamentos tipicamente atribuídos às conjunções coordenativas (ver 3.4.2.2.1 e 3.4.2.2.2). Aplicando os mesmos testes discutidos na seção anterior, as autoras mostram que *pois* e *que* não podem, por exemplo, ser antepostos, cf. (199).

- (199) a. A Maria saiu de casa à pressa, pois/que/porque as luzes ficaram acesas. (Colaço e Matos, 2016, p. 235)

---

<sup>7</sup> As autoras utilizam o termo “complementador conjuncional” para se referirem às conjunções subordinativas, assumindo a definição de Matos (2003).

- b. \*Pois/que as luzes ficaram acesas, a Maria saiu de casa à pressa.  
(Idem)
- c. #Porque as luzes ficaram acesas, a Maria saiu de casa à pressa.  
(Idem)

Afirmam, porém, que estes conectores comportam-se como conjunções subordinativas em relação a outras propriedades (também discutidas acima): (i) como as conjunções subordinativas, só ocorrem em orações finitas, como em (200), diferentemente das conjunções coordenativas, que são neutras relativamente à natureza finita ou infinitiva das orações que conectam (201); (ii) ao contrário das conjunções coordenativas, como em (202), os conectores explicativos não articulam constituintes não frásicos, como em (203); (iii) Os conectores explicativos *pois/porque/que* não conectam orações subordinadas, como em (204), diferentemente da maioria das conjunções coordenativas, como em (205); (iv): tais conectores não aceitam elipse do verbo flexionado, como em (206), diferentemente das conjunções de coordenação, como em (207).

- (200) a. A Ana acha que o Pedro foi para as aulas, pois/porque/que não estava em casa quando ela chegou. (Colaço e Matos, 2016, p. 240)
- b. \*A Ana acha que o Pedro foi para as aulas, *pois/porque/que* não estar em casa quando ela chegou. (Idem)
- (201) a. O réu afirmou que ficara em casa e que estivera acompanhado pelos amigos. (Idem)
- b. O réu afirmou não ter estado no local do crime nem ter nenhum cúmplice. (Idem)
- (202) A Paula está esfomeada e irritada.
- (203) \*A Paula está esfomeada pois/porque/que irritada.
- (204) \*A Paula saiu, já que tinha fome pois/porque/que visto que estava cansada. (Colaço e Matos, 2016, p. 241)
- (205) A Paula saiu, já que tinha fome e visto que estava cansada. (Idem)
- (206) \*A Paula comprou uma revista pois/porque/que a Ana um jornal. (Idem)
- (207) A Paula comprou uma revista e/mas a Ana um jornal. (Idem)

Resumindo, as autoras mostram que as orações explicativas podem exibir propriedades que as diferem das causais, mas afirmam que o valor explicativo não está necessariamente associado a um estatuto de coordenação. Para Colaço e Matos,

o comportamento sintático exibido pelas orações explicativas iniciadas por *pois*, *que* e *porque* sugere que esses conectores são conjunções subordinativas e, conseqüentemente, as orações que eles encabeçam são subordinadas.

Diversos autores e estudos apontam que as orações explicativas apresentam uma fraca coesão relativamente à sentença a que estão ligadas. Por exemplo, conforme visto anteriormente, as explicativas não podem ser focalizadas, o que significa que não podem ficar sob o escopo da negação da sentença à qual estão ligadas nem constituírem resposta a uma interrogativa QU-.

Sendo assim Colaço e Matos (2016), consideram a possibilidade de essas sentenças serem analisadas como um fenômeno de suplementação, como proposto por Matos e Raposo (2013), que constitui um processo em que o suplemento é sintaticamente independente da frase hospedeira e com ela mantém apenas um vínculo nocional<sup>8</sup>. Porém, essa hipótese apresenta dois problemas: (i) a explicativa requer obrigatoriamente a presença da oração correlacionada, como ilustrado em (208); isso mostra que de algum modo a explicativa está estruturalmente associada a essa oração; (ii) a suplementação não capta a relação entre a estrutura construída e a linearização dos constituintes, nem permite derivar a unidade formada pela explicativa e a oração correlacionada. Por estes motivos, as autoras não consideram que a Suplementação dê conta da relação entre a oração explicativa e a sua hospedeira.

(208) \*Pois/que/porque as luzes ficaram acesas. (Colaço e Matos, 2016, p. 242)

Para Colaço e Matos (2016, p. 243) “As orações explicativas integram-se num tipo mais geral de construções paratáticas, as parentéticas, o que justifica a sua menor coesão estrutural com a frase hospedeira”<sup>9</sup>. Assim sendo, há a possibilidade de a oração explicativa (como outras parentéticas) poder ocorrer não só após a oração a

<sup>8</sup> Como visto anteriormente (seção 3.1), a suplementação, juntamente com a coordenação e a justaposição, é considerada um processo paratático.

<sup>9</sup> Matos e Raposo (2013) consideram a coordenação parentética uma instância do processo de suplementação. Colaço e Matos (2016) não concordam com a análise das explicativas como um fenômeno de suplementação, logo não assumem que o que elas chamam de construções parentéticas configure um caso de suplementação. As autoras assumem a proposta de de Vries (2007, 2009) de unificação da análise das estruturas paratáticas, incluindo as parentéticas e apositivas, mas não situam nesse quadro o fenômeno da suplementação.

que está associada, como em (209a), mas em outras posições da oração hospedeira (usando o termo das autoras), associada a outros constituintes, como em (209b).

- (209) a. Os alunos regressaram às aulas, pois/porque/que as praias estão desertas. (Colaço e Matos, 2016, p. 243)  
 b. O João, porque/pois/que eu conheço-o bem, vai ganhar essa bolsa de estudos. (Idem)

As construções parentéticas possuem determinadas propriedades: (i) as parentéticas são prosodicamente independentes da frase hospedeira: quando ocorrem na periferia direita, não afetam a entoação da oração hospedeira (209a), quando são intercaladas, provocam uma ruptura prosódica na mesma, representada, na escrita, por vírgulas, por parênteses ou por travessões. Este comportamento ocorre nas explicativas, como em (210).

- (210) a. O João, porque/pois/que eu conheço-o bem, vai ganhar essa bolsa de estudos. (Colaço e Matos, 2016, p. 244)  
 b. O João (*porque/pois/que* eu conheço-o bem) vai ganhar essa bolsa de estudos. (Idem)  
 c. O João — *porque/pois/que* eu conheço-o bem — vai ganhar essa bolsa de estudos. (Idem)

(ii) sintaticamente, a relação estrutural que liga a parentética à oração hospedeira torna possível a sua ocorrência em diferentes posições. Embora com restrições, essa possibilidade também ocorre nas orações explicativas (211).

- (211) a. O João vai ganhar essa bolsa de estudos, porque/pois/que eu conheço-o bem.  
 b. O João vai ganhar, *porque/pois/que* eu conheço-o bem, essa bolsa de estudos.  
 c. O João vai, *porque/pois/que* eu conheço-o bem, ganhar essa bolsa de estudos.

(iii) semanticamente, as expressões parentéticas correspondem a proposições autônomas, embora, também possam estabelecer uma ligação com a oração hospedeira (ou com um constituinte da oração hospedeira). No caso específico da explicativa, o seu significado não afeta o significado da oração hospedeira (ou de um constituinte da oração hospedeira). Assim, as sentenças complexas contendo uma

explicativa podem ser parafraseadas por orações independentes justapostas, como ilustrado em (212) para as sentenças em (209):

- (212) a. Os alunos regressaram às aulas. As praias estão desertas.  
b. O João vai ganhar essa bolsa de estudos. Eu conheço-o bem.

(iv) com relação à informação veiculada, a expressão parentética adiciona uma informação extra, secundária. As orações explicativas, como já discutido, fornecem uma explicação ou justificativa sobre a enunciação da proposição denotada pela oração hospedeira, ou, eventualmente, acerca de uma expressão que ela contém. É possível assim afirmar que as explicativas fornecem mensagens secundárias, como nos exemplos vistos em (212).

Sendo assim, Colaço e Matos (2016) assumem, então, que as orações explicativas são um tipo de parentéticas. As autoras adotam a proposta de de Vries (2007, 2009, 2012 *apud* Colaço e Matos 2016) para um tratamento uniforme das estruturas paratáticas como instâncias de coordenação. Como visto anteriormente, de Vries considera um quarto tipo de coordenação, além das coordenações copulativa, disjuntiva e adversativa. Esse quarto tipo de coordenação é denominado pelo autor de coordenação especificante e engloba as estruturas apositivas e parentéticas.

As estruturas paratáticas seriam formadas por uma operação sintática distinta da operação presente na subordinação (ou hipotaxe). Na subordinação a inclusão sintática seria regular, levando a relações de dominância, e a ligação paratática seria obtida por inclusão parentética, um tipo de inclusão que, diferentemente da inclusão regular, iniciaria um novo domínio de c-comando. A ligação da parentética à frase hospedeira é feita por adjunção e nenhuma categoria contida na oração hospedeira c-comanda a parentética. O núcleo dessa estrutura parentética seria uma conjunção abstrata *Par* (Figura 5).

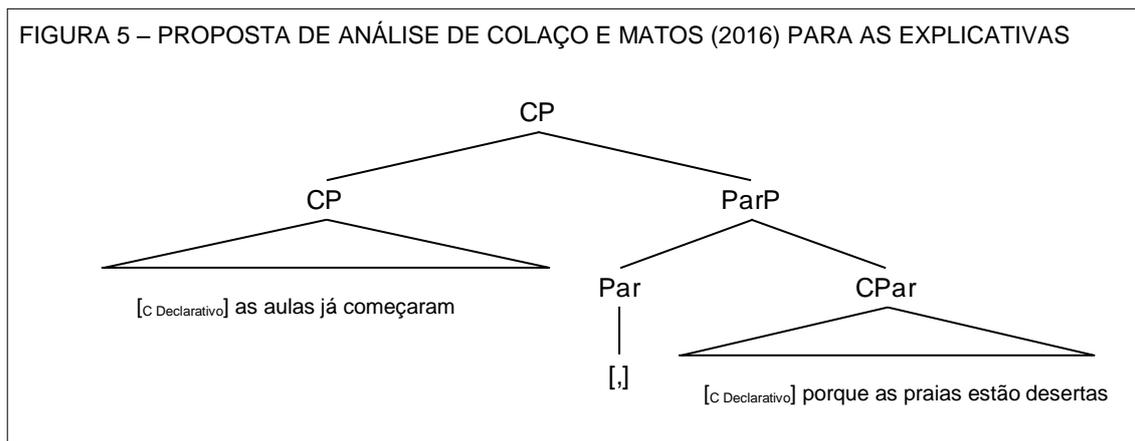


Figura 5: Proposta de análise de Colaço e Matos (2016) para as explicativas.

Nesta perspectiva, quando a inclusão parentética é desencadeada por um núcleo coordenativo especificante, conduz à formação de uma estrutura de coordenação que se caracteriza pelas seguintes propriedades centrais:

- (i) Os termos coordenados estão normalmente ligados por um conector coordenativo foneticamente nulo (embora, em certos casos, possa ocorrer um conector lexicalizado, entendido como o *spell-out* do núcleo coordenativo);
- (ii) o conector coordenativo especificante bloqueia c-comando;
- (iii) na escrita, os termos coordenados são separados por vírgula (em correlação com aspetos fonológicos);
- (iv) o segundo termo coordenado é produzido com uma entoação baixa;
- (v) o segundo termo coordenado é um constituinte não restritivo;
- (vi) a estrutura é assimétrica, no sentido em que é sempre o segundo termo que especifica o primeiro. (Colaço e Matos, 2016, p. 246)

Este tipo de coordenação pode ser considerado válido porque se fundamenta também em aspetos semânticos e informacionais: considera-se que B especifica A se B adiciona informação a A. Ou seja, a especificação corresponde a informação extra, uma explicação, envolvendo, assim, a presença de uma informação secundária.

Colaço e Matos argumentam que as explicativas apresentam diversas propriedades da coordenação especificante. As orações explicativas têm um valor que pode ser considerado especificante, ou seja, fornece uma justificação do locutor para a enunciação da predicação que ocorre na oração hospedeira, como as paráfrases em (213) e (214):

- (213) a. A Maria deve estar doente, que/pois/porque ainda não apareceu nas aulas. (Colaço e Matos, 2016, p. 247)
- b. A Maria deve estar doente: ainda não apareceu nas aulas. (Idem)
- (214) a. A Maria saiu de casa à pressa, pois/porque deixou as luzes acesas. (Idem)
- b. A Maria saiu de casa à pressa: deixou as luzes acesas. (Idem)

Ainda, as orações explicativas, como as coordenadas em geral, podem ser reiteradas (215a) e recursivas (215b):

- (215) a. A Maria esteve a pintar, que tem as mãos sujas, que até no cabelo tem tinta. (Colaço e Matos, 2016, p. 248)

b. A Maria esteve a pintar, *que* tem as mãos sujas, *que* as manchas de tinta costumam a sair. (Idem)

Ademais, na coordenação especificante a conjunção abstrata *Par* bloqueia o comando a partir da oração hospedeira, o que justifica (i) o cancelamento de efeitos do Princípio C – em (216), a relação de co-referência entre o pronome *ela* e a expressão referencial a Maria é possível; e (ii) a ausência de escopo da negação da oração hospedeira sobre a explicativa como em (217).

(216) Ela<sub>i</sub> deve estar doente, *que/pois/porque* a Maria<sub>i</sub> nunca falta às aulas.  
(Colaço e Matos, 2016, p. 248)

(217) Ela não saiu, *que/pois/porque* as luzes estão acesas.

Como já mencionado, as orações explicativas, em contrapartida, exibem propriedades que as afastam dos casos tradicionais de coordenação simétrica, em particular a impossibilidade de extração a partir da oração explicativa, como em (218), e do que poderia ser considerado como uma extração simultânea, como em (219)<sup>10</sup>. Na verdade, esta é uma propriedade que as explicativas partilham com as restantes parentéticas, incluindo as parentéticas coordenadas, como (219).

(218) a. O Pedro perdeu o celular, *que/pois/porque* eu vi o celular em cima de uma cadeira.  
b. \*O *que<sub>i</sub>* é que o Pedro perdeu o celular, *que/pois/porque* eu vi [-]<sub>i</sub> em cima de uma cadeira?  
c. ??O *que<sub>i</sub>* é que o Pedro perdeu [-]<sub>i</sub>, *que/pois/porque* eu vi [-]<sub>i</sub> em cima de uma cadeira?

(219) a. A Maria perdeu o celular, e ela adorava o celular, quando foi a casa do Pedro.  
b. \*O *que* é que a Maria perdeu o celular, e ela adorava [-]<sub>i</sub>, quando foi a casa do Pedro?  
c. ??O *que* é que a Maria perdeu [-]<sub>i</sub>, e ela adorava [-]<sub>i</sub>, quando foi a casa do Pedro?

Então, Colaço e Matos (2016, p. 249) concluem que

a hipótese de tratamento das orações explicativas, tendo em conta o seu estatuto parentético e o nexos paratático que estabelecem com a frase

<sup>10</sup> A extração simultânea, como visto nos exemplos (109) e (110)), seção 3.3,4, é permitida no caso das coordenadas não parentéticas.

hospedeira, como instâncias de coordenação especificante poderá ser uma forma de captar o comportamento característico deste tipo de orações, que se evidencia pelo facto de, como já foi referido, conciliarem propriedades normalmente atribuídas à coordenação com outras que tipicamente se associam à subordinação.

As autoras argumentam ainda que o tratamento das explicativas como parentéticas fornece uma melhor explicação para a posição das explicativas com relação à oração hospedeira. Não é possível, por exemplo, que as explicativas apareçam no início da sentença, como ilustrado em (220).

- (220) a. Os alunos regressaram de férias, pois/que/porque as praias estão desertas. (Colaço e Matos, 2016, p. 250)
- b. \*Pois/que/porque as praias estão desertas, os alunos regressaram de férias. (Idem)

Uma explicação considerada para essa impossibilidade é a relação de justificação existente entre a explicativa e a hospedeira. Como já foi discutido, as orações explicativas estabelecem um nexos causal não com uma predicação (como acontece no caso das causais), mas com a enunciação dessa predicação. Assim, entre as predicções relacionadas, estabelece-se um nexos de justificação, o que impediria a anteposição da explicativa. Contudo, ao se considerar as orações explicativas como parentéticas, é possível observar o contraste que se verifica entre (220a) e (220b) não propriamente como o resultado de uma inversão entre os termos envolvidos na construção, mas como a evidência de que existem limitações em relação às posições que as parentéticas podem ocupar em relação à oração hospedeira.

Assumindo que a predicação contida na oração explicativa introduz uma justificativa sobre a enunciação da predicação com a qual está relacionada, as autoras analisam também a possibilidade de estabelecer algumas outras distinções para explicar as diferentes posições que podem ser ocupadas pelas explicativas. Em (221a), (222a), (223a) e (224a), a oração explicativa na periferia direita introduz uma explicação sobre a enunciação de outra predicação; essa justificação pode incidir sobre a predicação no seu todo, ou apenas sobre um constituinte, como mostram as paráfrases em (221b), (222b), (223b) e (224b).

- (221) a. O Pedro alugou a casa de Lisboa aos amigos de Paris, que/pois/porque só se fala disso no bairro. (Colaço e Matos, 2016, p. 250)
- b. O Pedro alugou a casa de Lisboa aos amigos de Paris. Digo isto (que o Pedro alugou a casa de Lisboa aos amigos de Paris) porque só se fala disso no bairro. (Idem)
- (222) a. O Pedro alugou a casa de Lisboa aos amigos de Paris, que/pois/porque acho que não teria coragem de vender. (Idem)
- b. O Pedro alugou a casa de Lisboa aos amigos de Paris. Digo que alugou porque acho que ele não teria coragem de vender. (Idem)
- (223) a. O Pedro alugou a casa de Lisboa aos amigos de Paris, que/pois/porque tenho visto as janelas abertas. (Idem)
- b. O Pedro alugou a casa de Lisboa aos amigos de Paris. Digo que alugou a casa de Lisboa porque tenho visto as janelas abertas. (Idem)
- (224) a. O Pedro alugou a casa de Lisboa aos amigos de Paris, que/pois/porque tenho visto os rapazes no café. (Idem)
- b. O Pedro alugou a casa de Lisboa aos amigos de Paris. Digo que alugou aos amigos de Paris porque tenho visto os rapazes no café. (Idem)

Os exemplos mostram que a oração explicativa pode ocorrer na periferia direita da hospedeira, ou, nos casos em que o nexos de justificativa se estabelece relativamente a um dos constituintes da hospedeira, em outras posições, desde que a expressão na qual incide a justificativa preceda a oração explicativa. Assim, quando a oração explicativa fornece uma explicação sobre toda a predicação correspondente à hospedeira, pode ocorrer apenas na periferia direita, como se pode verificar em (225).

- (225) a. O Pedro alugou a casa de Lisboa aos amigos de Paris, que/pois/porque só se fala disso no bairro. (Colaço e Matos, 2016, p. 251)
- b. ??O Pedro alugou a casa, *que/pois/porque* só se fala disso no bairro, aos amigos de Paris. (Idem)
- c. ??O Pedro alugou aos amigos de Paris, *que/pois/porque* só se fala disso no bairro, a casa de Lisboa. (Idem)

Porém, quando a oração explicativa justifica a enunciação da situação descrita pelo predicador, a oração explicativa poderá ocorrer em posições internas à hospedeira, como se verifica em (226).

- (226) a. O Pedro alugou a casa de Lisboa aos amigos de Paris, *que/pois/porque* acho que não teria coragem de vender. (Colaço e Matos, 2016, p. 251)
- b. O Pedro alugou, *que/pois/porque* acho que não teria coragem de vender, a casa de Lisboa aos amigos de Paris. (Idem)
- c. O Pedro alugou a casa de Lisboa, *que/pois/porque* acho que não teria coragem de vender, aos amigos de Paris. (Idem)

Além disso, (227) e (228) parecem confirmar que, quando o nexos de justificativa se estabelece relativamente a um dos elementos constituintes da hospedeira (em (227) [*a casa de Lisboa*] e em (228) [*aos amigos de Paris*]), a oração explicativa, além de poder ocorrer na periferia direita, pode também ocorrer internamente à hospedeira, desde que precedida de tal constituinte:

- (227) a. O Pedro alugou [*a casa de Lisboa*] aos amigos de Paris, *pois/porque* tenho visto as janelas abertas. (Colaço e Matos, 2016, p. 252)
- b. ??O Pedro alugou, *pois/porque* tenho visto as janelas abertas, [*a casa de Lisboa*] aos amigos de Paris. (Idem)
- c. (?) O Pedro alugou [*a casa de Lisboa*], *pois/porque* tenho visto as janelas abertas, aos seus amigos de Paris. (Idem)
- d. ??O Pedro alugou aos seus amigos de Paris, *pois/porque* tenho visto as janelas abertas, [*a casa de Lisboa*]. (Idem)
- (228) a. O Pedro alugou a casa de Lisboa [*aos amigos de Paris*], *pois/porque* tenho visto os rapazes no café. (Idem)
- b. ??O Pedro alugou, *pois/porque* tenho visto os rapazes no café, a casa de Lisboa [*aos amigos de Paris*]. (Idem)
- c. ??O Pedro alugou a casa de Lisboa, *pois/porque* tenho visto os rapazes no café, [*aos amigos de Paris*]. (Idem)
- d. (?)O Pedro alugou [*aos amigos de Paris*], *pois/porque* tenho visto os rapazes no café, a casa de Lisboa. (Idem)

Existe, ainda, a possibilidade de a oração explicativa ocorrer imediatamente a seguir ao sujeito nos casos em que o nexos de justificação se relaciona especialmente

com este constituinte da hospedeira. Os exemplos apresentados em (209b) e (211a), aqui retomados e renumerados em (229), mostram isso.

- (229) a. O João, porque/pois/que eu conheço-o bem, vai ganhar essa bolsa de estudos. (Colaço e Matos, 2016, p. 253)
- b. O João vai ganhar essa bolsa de estudos, *porque/pois/que* eu conheço-o bem. (Idem)

Em resumo, para Colaço e Matos (2016, p. 254)

O alargamento da noção de coordenação a outros casos de parataxe com a noção de coordenação especificante revela-se particularmente eficaz para dar conta das orações explicativas em português. A análise apresentada permite conciliar as evidências de que as orações explicativas de *pois*, *que* e *porque* apresentam um estatuto duplo: No domínio local que encabeçam, estes conectores funcionam como complementadores conjuncionais que determinam a finitude da proposição sobre a qual têm escopo. No seio [da] frase em que estão hospedadas, as orações explicativas comportam-se como parentéticas, o que determina o seu comportamento não integrado. Finalmente, a noção de coordenação especificante permite dar conta sintaticamente das construções que incluem parentéticas, e estabelecer uma correlação entre a sua posição na frase hospedeira e os constituintes sobre os quais incide a justificação explicativa.

No próximo capítulo serão analisadas e comparadas as propostas aqui apresentadas, a fim de apontar suas vantagens e desvantagens

## 6. As Explicativas como subordinadas ou como coordenadas

Esta dissertação tem como objetivo estabelecer uma comparação entre as análises propostas na literatura para as orações tradicionalmente classificadas como subordinadas adverbiais causais e coordenadas explicativas. Como discutido acima, as orações causais são analisadas, sem controvérsia, como orações subordinadas. Já para as orações explicativas não há um consenso na análise. Para a GT, de modo geral, elas são coordenadas<sup>11</sup>; para os linguistas, essas orações têm sido analisadas como coordenadas ou como subordinadas: Castilho (2010) e Neves (2011) consideram que as explicativas são orações subordinadas, e Neves reconhece três diferentes tipos de modificação que essas orações podem realizar (modificação da predicação, da proposição, do ato de fala); Lobo (2003) assume que as explicativas são coordenadas; Matos (2003; 2006) assume que essas orações são subordinadas de tipo periférico (enquanto as causais seriam subordinadas integradas); e Colaço e Matos (2016) analisam as explicativas como coordenadas especificantes.

Argumentou-se ao longo da discussão que a distinção tradicional entre subordinada causal e coordenada explicativa é insatisfatória, porque não é realizada com base em critérios formais como seria esperado para uma distinção que é definida em termos sintáticos – a subordinação é uma relação assimétrica, em que a oração subordinada é parte da oração principal, enquanto a coordenação é uma relação simétrica, em que a oração coordenada não é parte da oração com a qual se relaciona. De modo geral, assume-se nas GTs que as diferenças de sentido (e de certa forma, também de comportamento sintático<sup>12</sup>) entre essas orações seria suficiente para classificar as causais como subordinadas e as explicativas como coordenadas. Essa análise poderia ser explicada da seguinte forma: (i) é consensual que as orações causais devem ser analisadas como subordinadas, pois claramente denotam uma causa para o evento ou situação explicitada pelo predicado principal; as explicativas se diferenciam das causais por não modificarem o evento, mas a proposição ou o ato

---

<sup>11</sup> Vimos que, para Bechara (2000), as orações explicativas são presumivelmente subordinadas; já Said Ali (1966) mantém a distinção entre subordinadas e coordenadas para as causais e explicativas, mas abandona a denominação “explicativa” e considera que ambas são orações causais.

<sup>12</sup> Said Ali (1966) observa, por exemplo, que essas orações podem se distinguir com relação à pausa existente entre elas e a oração à qual se ligam.

de fala<sup>13</sup>; (ii) dada essa diferença, como a única possibilidade de diferenciação sintática disponível nesse quadro de análise é a diferenciação entre subordinada e coordenada, as orações explicativas, não sendo modificadoras da predicação (subordinadas), devem ser coordenadas. Desse modo, é possível atribuir a análise das GTs a um quadro de análises pouco desenvolvido tanto em termos de possibilidades quanto em termos de critérios para classificação das orações.

Como base nesse tipo de constatação, os estudos linguísticos vêm propor critérios formais para realizar a distinção entre subordinação e coordenação, além de reconhecer uma classificação mais abrangente para os períodos complexos. Com relação à classificação, as subordinadas adverbiais, por exemplo, podem ter estatutos sintáticos distintos (periféricas ou não periféricas) dependendo do ponto a que se ligam à matriz; e as coordenadas seriam, por exemplo, um subtipo dentro de um tipo mais geral de orações paratáticas (ao lado da suplementação e da justaposição). Com relação aos critérios formais de diferenciação, procura-se observar o comportamento das orações tipicamente coordenadas em comparação com o comportamento das orações tipicamente subordinadas relativamente a diversas operações e construções sintáticas. Nesse sentido, os estudos elencam vários critérios distintivos, como anteposição das orações, coordenação de orações, possibilidade de ligar constituintes menores que uma oração, ocorrência de elipses e fenômenos de extração, sensibilidade a contextos infinitivos.

Considerando o que acabou de ser exposto, deixaremos de lado a análise proposta pelas GTs, não pela classificação em si, mas pela falta de critérios formais com que essa classificação é determinada. Assim, discutiremos de um lado a análise das explicativas como subordinadas, proposta por Matos (2003; 2006) e por Neves (2011), e de outro lado a análise das explicativas como construções paratáticas, proposta por Lobo (2003), por Colaço e Matos (2016).

De forma mais ou menos explícita, os autores reconhecem as diferenças de sentido entre o que se convencionou chamar de causais e explicativas, que podem ser colocadas nos seguintes termos: as causais são interpretadas como a causa de um evento ou situação expressos na oração matriz, enquanto as explicativas são aquelas interpretadas como evidência para confirmação da verdade de uma afirmação

---

<sup>13</sup> Ainda que essa distinção não esteja explicitamente colocada nesses termos nas GTs, os gramáticos realizam uma distinção de sentido entre essas orações que pode ser assim inferida.

realizada na matriz ou como justificativa de um ato de fala. Essa é uma diferença importante a se considerar, se assumirmos que deve haver para ela uma correlação sintática.

Neves (2011) assume explicitamente essa diferença de significado entre as orações causais/explicativas. A autora propõe que todas são subordinadas e se diferenciariam conforme modifiquem uma predicação, uma proposição ou um ato de fala. Neves não propõe, no entanto, uma análise mais específica em termos estruturais, nem examina as orações considerando suas propriedades formais. Para a autora, de orientação funcionalista, parece ser suficiente distinguir essas orações em termos discursivos. A questão que poderia ser colocada então é por que razão uma oração que modifica um ato de fala, por exemplo, deveria ser sintaticamente uma oração subordinada e não uma oração coordenada, visto que estruturas de coordenação também poderiam ser consideradas “modificadoras” de atos de fala. Dito de outra forma, Neves também não propõe critérios formais para realizar uma distinção que é, por definição, formal. Mesmo quando se consideram suas definições sobre as relações existentes entre as orações de um período complexo ([±encaixamento] e [±dependência]), é possível questionar os critérios que levaram a essas definições; como já foi colocado na discussão no capítulo 3 (seção 3.2.1), Neves não explica como se poderia decidir se determinada oração seria classificada como mais ou menos encaixada e mais ou menos dependente. Assim, consideramos que as observações de Neves quanto ao significado dessas orações são importantes, mas não são decisivas na classificação das explicativas como subordinadas.

Matos (2003; 2006) e Lobo (2003), por outro lado, se debruçam mais sobre critérios formais para distinguir causais de explicativas, sem deixar de reconhecer a diferença de sentido entre essas orações. Ainda assim, as autoras chegam a conclusões diferentes. Lobo (2003), com base em alguns dos critérios formais apresentados, considera que o comportamento das explicativas como um todo pende para o lado do comportamento das coordenadas típicas, e propõe que essas orações são coordenadas. Matos (2003; 2006) considera essa análise equivocada, e, com base em critérios formais adicionais não contemplados na discussão de Lobo, propõe que as explicativas são subordinadas. A autora reconhece, no entanto, o comportamento híbrido das orações com *pois* e *que*, e atribui esse comportamento a um processo de gramaticalização das conjunções que não teria ainda se completado.

Uma primeira questão a ser observada é que essas análises enquadram as orações na classificação dicotômica subordinação vs. coordenação, trabalhando com os critérios formais definidos para casos prototípicos de cada grupo. Dessa forma, as possibilidades que se apresentam são (i) classificar as orações como subordinadas, caso se comportem como as orações tipicamente subordinadas, ou (ii) classificá-las como coordenadas, caso se comportem como as orações tipicamente coordenadas.

Em seguida, dado que as análises de Lobo e de Matos têm como base critérios objetivos, é possível afirmar que a divergência entre elas é decorrente essencialmente da interpretação dos dados analisados. Em primeiro lugar, como vimos na discussão sobre essas orações, há uma diferença de comportamento entre as orações conforme a conjunção: as orações introduzidas por *porque*, tanto causais quanto explicativas, apresentam características de orações subordinadas, e as orações introduzidas por *pois* e *que* apresentam características híbridas. Além dessa diferença de comportamento entre as orações, outra razão para análises distintas é o próprio julgamento dos dados como aceitáveis ou inaceitáveis. Conclui-se assim que não é possível, mesmo com a aplicação de critérios formais objetivos, atribuir uma única classificação para as orações causais como um todo ou para as orações explicativas como um todo. Claramente, os dados analisados mostram que as diferentes conjunções devem ser estudadas separadamente e de forma mais aprofundada para que seu comportamento seja mais bem compreendido. Contudo, argumentamos que é possível avaliar as análises considerando-se apenas as orações introduzidas pela conjunção *porque*, se assumirmos que *porque* é uma única conjunção que introduz tanto orações causais quanto orações explicativas. Dessa forma, o comportamento das orações não poderia ser atribuído a propriedades específicas de diferentes conjunções.

Retomando as análises, Lobo (2003) rejeita a análise de subordinada para as explicativas porque essas orações não poderiam, segundo ela, ocorrer em posição inicial e resistiriam à coordenação, um resultado não verificado nos resultados dos testes na seção 3.4.2.2.1. Além disso, Lobo não assume como critério distintivo entre subordinação e coordenação a impossibilidade de conjunções de subordinação ligarem constituintes menores que uma oração, ao contrário do que ocorre com as conjunções de coordenação. No entanto essa propriedade é apontada por diversos autores como distintiva entre subordinação de coordenação, inclusive por Perini

(2013). Como visto, a conjunção *porque* não é capaz de ligar constituintes não oracionais, uma propriedade que a aproximaria dos conectores subordinativos. Lobo reconhece que *porque* possui essa propriedade, mas sugere que haveria conectores coordenativos mais seletivos que outros. Ou seja, para Lobo, a propriedade de ligar ou não constituintes não oracionais não seria uma propriedade distintiva entre subordinação e coordenação. A autora parece querer acomodar os resultados obtidos à sua análise. Já Matos (2003; 2006) reconhece as diferenças de comportamento entre as diversas conjunções causais/explicativas, além de discutir mais amplamente os resultados dos critérios formais distintivos entre subordinação e coordenação.

Considerando o que foi exposto, a análise de Matos (2003; 2006), comparada à análise de Lobo (2003), é mais bem argumentada e justificada. Ainda, partindo da análise das explicativas como subordinadas, Matos mostra que as diferenças observadas entre as orações causais e explicativas poderiam ser atribuídas à uma diferença no ponto de adjunção dessas orações à matriz. Os testes aplicados para diferenciar as duas construções, na sua maioria, parecem de fato apontar para diferenças estruturais dessa natureza. Assim, se levarmos em consideração apenas a dicotomia subordinação vs. coordenação, a análise de Matos, das orações explicativas como subordinadas é uma análise empiricamente mais adequada que a análise de Lobo, das orações explicativas como coordenadas. No entanto, como visto anteriormente, a coordenação é apenas uma possibilidade no conjunto de fenômenos da parataxe. Dessa forma, a análise de Matos deve então ser comparada à análise de Colaço e Matos (2016), que propõe que as orações explicativas constituem um caso de construção parentética, um fenômeno paratático diferente da coordenação padrão. Mais especificamente, Colaço e Matos assumem que as explicativas apresentam um estatuto duplo, com propriedades definidas em um domínio local, apresentando características de subordinação, e propriedades definidas com relação à ligação com a hospedeira, apresentando assim características de oração parentética. Sintaticamente, essas construções seriam, para as autoras, um caso de coordenação especificante, como definido por de Vries (2007; 2009).

Assim, uma vantagem inicial da análise de Colaço e Matos é considerar de forma mais ampla o fenômeno da parataxe, não se limitando à classificação subordinação vs. coordenação. No entanto, não é possível comparar as duas análises com relação aos critérios formais distintivos entre subordinação e coordenação, visto

que as duas análises rejeitam o estatuto de coordenada (padrão) para as explicativas, assumindo que essas orações apresentam as propriedades atribuídas às orações subordinadas. Para comparar as duas análises vamos considerar então essencialmente a cobertura empírica de cada uma. Assim, os fenômenos já observados na discussão sobre as diferenças entre causais e explicativas servirão de base para essa comparação: (i) fenômenos de escopo (negação; operadores de foco; respostas às interrogativas QU); (ii) violação do princípio C; (iii) estrutura prosódica.

Em termos dos dados analisados, o trabalho de Colaço e Matos por um lado apresenta exemplos não discutidos anteriormente na literatura – os casos em que a explicativa aparece em posições internas à oração hospedeira. Por outro lado, os exemplos discutidos pelas autoras dizem respeito às orações que fornecem uma justificativa para uma proposição enunciada na oração principal, deixando de lado as orações explicativas que justificam um ato de fala. Então tentaremos também determinar se a análise de Colaço e Matos seria capaz de dar conta desse tipo de oração explicativa e se a análise de Matos poderia explicar os novos dados trazidos por Colaço e Matos.

Resumidamente, Matos propõem que as explicativas seriam orações adjungidas a camadas funcionais externas a IP. Colaço e Matos propõem que, na coordenação especificante, a ligação da parentética à frase hospedeira é feita por adjunção de uma estrutura cujo núcleo seria uma conjunção abstrata *Par*, que bloquearia o c-comando.

Com relação à independência prosódica das explicativas, as duas análises poderiam explicá-la, pois em qualquer uma das análises, a explicativa não estaria integrada ao predicado, o que causaria a quebra no acento entoacional.

Com relação à presença da negação e de partículas focalizadoras, os dados mostram que as explicativas não recaem no escopo desses elementos. Esses fenômenos podem ser resumidos à possibilidade ou não de existir uma relação de c-comando entre algum elemento na matriz e outro elemento na explicativa. Dito de outra forma, a área de escopo da negação e das partículas focalizadoras é definida por uma relação de c-comando. Para Matos as explicativas seriam então adjungidas a uma camada funcional mais alta na sentença, acima da projeção de Neg e dos operadores de foco, ficando fora da área de c-comando desses elementos. Para Colaço e Matos, já que a relação de c-comando estaria bloqueada por *Par*, a

construção explicativa estaria fora do escopo da negação ou dos operadores de foco em qualquer posição de adjunção. Assim, aparentemente, as duas análises são capazes, em princípio, de explicar os dados da negação e das construções com operadores de foco.

No entanto, foi visto no exemplo (174), repetido em (230), que a oração causal também pode recair fora do escopo da negação. Se o fato de não estar sob o escopo da negação indica uma adjunção da oração adverbial em uma camada acima de Neg, como na análise de Matos, pode-se perguntar qual seria a diferença em termos de estrutura entre as causais e as explicativas, visto que ambas podem aparecer fora do escopo da negação. A análise de Colaço e Matos não trata das causais, mas considera-as como subordinadas adverbiais, devendo ser explicadas, supostamente, como qualquer outro tipo de adverbial, oracional ou não. Nesse aspecto, a análise de Colaço e Matos parece ser mais adequada que a análise de Matos.

(230) a. Maria não conseguiu o emprego porque é amiga do chefe.

b. Maria não conseguiu o emprego, e isso porque é amiga do chefe.

Além disso, Colaço e Matos trazem novos dados para a discussão: as explicativas podem aparecer internamente à oração matriz (hospedeira), não somente à sua direita. Assim, mesmo numa construção como (231), a explicativa está fora do escopo da negação.

Numa análise como a de Matos, em que as orações adverbiais são adjungidas à oração matriz, não fica claro como a explicativa em (231) recairia fora do domínio de c-comando da negação.

(231) O João não vai ganhar, *porque* eu conheço-o bem, essa bolsa de estudos.

Com relação à impossibilidade da oração explicativa aparecer como resposta a uma interrogativa QU-, a explicação seria que a variável resultante do movimento não estaria no domínio de c-comando do operador QU-. Adotando-se a análise de Matos, a oração explicativa teria então que ser adjungida a CP. A análise de Colaço e Matos não permitiria a extração de um constituinte QU-. Nesse aspecto, em princípio, as duas análises seriam explicativas.

Como foi dito acima, Colaço e Matos discutem apenas as explicativas que estamos chamando de modificadoras de uma proposição, deixando de lado as explicativas modificadoras de um ato de fala, como a oração em (232). Para poderem ser enquadradas na explicação de Colaço e Matos, a oração explicativa em (232) deve poder ocupar outras posições na sentença. É possível constatar essa possibilidade em (233).

(232) Vamos voltar correndo para casa, porque estou com fome.

(233) Vamos, porque estou com fome, voltar correndo para casa.

Considerando o que foi exposto, a análise de Colaço e Matos parece mais promissora que a análise de Matos para dar conta das explicativas. Essa avaliação não pode, no entanto, ser considerada conclusiva. Deixamos aqui apontada a necessidade de estudos mais aprofundados que levem em conta mais propriedades sintáticas e semânticas dessas construções.

## 7. Considerações Finais

Nessa dissertação procurou-se estudar alguns aspectos da sintaxe das orações causais e das orações explicativas em português, considerando suas definições e classificações como orações subordinadas ou como orações coordenadas, além das principais conjunções que as representam.

Conforme diversas vezes apontado, as distinções observadas na GT não são suficientes para diferenciar esses dois tipos de orações. Sendo assim, vários autores apontam problemas para essas definições tradicionais (principalmente Lobo (2009, 2013); Matos (2003,2004); Colaço e Matos (2016)) afirmando que, por isso, é necessário basear-se em critérios formais para distinguir os dois tipos de oração. No entanto, os estudos linguísticos atuais, embora reconheçam os problemas decorrentes dessa classificação, não apresentam análises consensuais para essas orações. De modo geral, há concordância na análise das orações causais como subordinadas, mas não na análise das explicativas, que são vistas como coordenadas (Lobo 2003), como subordinadas de caráter periférico (Matos 2004; 2006) ou como orações que estabelecem com a oração matriz uma ligação paratática (Colaço e Matos 2016). Por isso, conforme já mencionada, acreditamos que mais estudos são necessários.

Conforme proposto, o objetivo central deste estudo foi realizar um levantamento das análises propostas na literatura para diferenciar as orações causais das explicativas. Mais especificamente, para estabelecer uma comparação entre essas análises, e discutir suas vantagens e desvantagens. Mesmo com algumas lacunas a serem preenchidas, acreditamos que esse estudo contribui de forma efetiva para maior entendimento das orações causais e explicativas, assim como para uma melhor diferenciação entre os processos de coordenação e de subordinação. Além disso, foi possível fazer verificações e apontamentos em relação ao comportamento das diferentes orações e conjunções, o que nos permitiu testar as hipóteses apresentadas, levando a um maior esclarecimento sobre o assunto. É importante ressaltar que a contribuição desta dissertação se dá no sentido de apontar não só os principais desenvolvimentos sobre a questão, mas também os seus aspectos ainda não resolvidos, como por exemplo o comportamento heterogêneo das orações explicativas

conforme a conjunção que a introduz, o que mostra a necessidade de se levar em conta mais propriedades sintáticas e semânticas dessas construções.

Esse estudo poderá contribuir igualmente para um melhor conhecimento das estruturas complexas em geral, já que os dois tipos de oração constituem um dos vários casos que colocam dificuldades para a diferenciação entre coordenação e subordinação.

Com a sistematização das orações causais e explicativas proposta nesta dissertação, acreditamos ter fornecido subsídios para as investigações que visam ao entendimento dessas orações. Para trabalhos futuros, há a possibilidade de retomar as observações que aqui ficaram inconclusas.

## 8. Referências

Bechara, Evanildo. Lições de Português pela análise sintática. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2000.

Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Editora Lucerna, 2015.

Castilho, Ataliba de. Nova Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.

Chomsky, N. Lectures on Government and Binding: The Pisa Lectures. Netherlands: Foris Publications, 1981.

Chomsky, N. Knowledge of Language: Its nature, Origin and Use. Westport, Connecticut: Greenwood Publishing Group, 1986.

Chomsky, N.. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1995.

Colaço, Madalena & Matos, Gabriela. A natureza paratática das causais explicativas em português. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*. P. 233-259. 2014.

Colaço, M.; Matos, G. Explicative clauses in portuguese as a case of parentheses. In: Fiéis, A.; Lobo, M.; Pereira, S. (orgs.). *Romance languages and Linguistic Theory: Selected papers from Going Romance*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2016. p. 43-60.

Cunha, C. & Cintra, L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro, Editora Lexicon, 2010.

Fieis, Alexandra & Lobo, Maria. Para uma diacronia das orações causais e explicativas do português. *Textos Seleccionados. XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 2009, pp. 265-280.

Haegeman, L. The syntax of adverbial clauses and its consequences for topicalisation. In: Coene, M.; De Cuyper, G.; D'hulst, Y. (orgs.). *Antwerp Papers in Linguistics - Current Studies in Comparative Romance Linguistics* 107. Antwerp: University of Antwerp, 2004. P. 61-90.

Haspelmath M. Coordinating constructions. In: Haspelmath, M. (org.). *Coordinating constructions. Typological Studies in Language*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2004 p. 3-39.

Lobo, Maria. Para uma Sintaxe das Orações Causais do Português. Textos Seleccionados. XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, 2001.

Lobo, Maria. Aspectos da Sintaxe das Orações Subordinadas Adverbiais do Português. 428f. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2003.

Lobo, M. Subordinação Adverbial. In: Raposo, E.; Nascimento, M. F.; Mota, M. A.; Segura L.; Mendes, A. (orgs.) *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013 vol. II, cap. 34, p. 1981-2057. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MATEUS, M.H.M et al. Gramática da Língua Portuguesa. Lisboa, Caminho 2003.

Matos, Gabriela. Parataxe: coordenação e justaposição - evidência a partir da elipse. Duarte & Leiria, (orgs). Atas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa: APL, 2005. pp. 687-699, 2004.

Matos, Gabriela. Coordenação Frásica vs. Subordinação Adverbial. In Freitas, T. e Mendes, A. (org.) Atas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: APL, 2005 555-567.

Matos, G. Coordination de phrases vs. subordination adverbiale - propositions causales en portugais. In Brill, I.; Rebuschi G. (orgs.). *Faits de Langues: Revue de Linguistique, n. 28 – Coordination et subordination: typologie et modélisation*. Paris: Ophrys, 2006 p. 169-180.

Matos, G.; Raposo, E. Estruturas de coordenação. In: Raposo, E.; Nascimento, M. F.; Mota, M. A.; Segura L.; Mendes, A. (orgs.) *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. vol. II, cap. 35, p. 1761-1817.

Matos, Gabriela & Colaço, Madalena. Floating Parenthetical Coordinate Clauses. *Romance Language and Linguistic Theory*. Amsterdam: John Benjamins, 2011.

Matos, Gabriela & Colaço, Madalena. As orações coordenadas parentéticas flutuantes como uma instância de adjunção. *Textos Seleccionados, XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto, APL, 2010, pp. 607-622.

Mendes, A. 2013. Organização Textual e Articulação de orações. In: Raposo, E.; Nascimento, M. F.; Mota, M. A.; Segura L.; Mendes, A. (orgs.) *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. vol. II, cap. 34, p. 1691-1755.

Mioto, C. Silva, M. C. F. Lopes, R.. *Novo Manual de Sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2013.

Muniz, A.. *Sobre orações causais e explicativas*. 87f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília 2003

Neves, M. H. de M.; Braga, M. L.; Dall'Aglio-Hattner, M. M. As construções hipotáticas. In: Ilari, R; Neves, M. H. de M. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2008. p. 937-1014.

Neves, Maria Helena de Moura. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Contexto, 2016.

Neves, Maria Helena de Moura (org). *A Construção das Orações Complexas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Perini, Mário A. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2013.

Quirk, R., Greenbaum, S.; Leech, G.; Svartvik J. *A Comprehensive Grammar of the English Language*. London: Longman, 1985.

Rocha Lima, C. H. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. São Paulo: José Olympio, 1966.

Said Ali, M. Gramática Secundária da Língua Portuguesa. 7 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1966.

Travaglia, L. C. Da distinção entre orações coordenadas explicativas e orações subordinadas adverbiais causais: uma questão sintática, semântica ou pragmática? Uberlândia: *Letras & Letras*, 1986 vol. 2, n. 2, p. 241-286.

de Vries, M. 2012. Unconventional Mergers. In: Uribe-Etxebarria, M.; Valmala, V. (orgs.). *Ways of Structure Building*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 143–166.